ATA N.º 05/2016

------ Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 16 de dezembro de 2016.----------

------ Aos 16 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;----------

2 - Apreciação, discussão e votação da adenda ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Transportes Urbanos de Cantanhede 2016;--------

3 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2017 / Limpeza urbana;-

4 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2017 / Transportes urbanos;----------

5 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2017 / Quinta Agrícola Biológica;----------

6 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2017 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;----------

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de parcela de terreno, a título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª / Retificação da deliberação camarária de 03/05/2016 e da Assembleia Municipal de 30/06/2016;----------

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1715/2016 / Ana Gomes Felício da Cruz Domingues / Rua da Praia n.º 447, no lugar de Fonte Martel / Freguesia da Tocha;----------

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / processo n.º 1874/2016 / Fernando dos Santos Dias / Rua Manuel Pereira Dias, 15, no lugar de Fontinha / Freguesia de Febres;----------

10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / 2º aditamento ao alvará n.º 17/2007 / loteamento sito na Zona Industrial da Tocha;----------

11 - Concessão de isenções de taxas municipais / 2.º Semestre 2016 / Para conhecimento;----------

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial;----------

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XVIII edição do Tapas e Papas - Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede;----------

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com o funcionamento do Jardim-de-Infância do Corticeiro de Cima;----------

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho / Semanas Culturais;----------

16 - Proposta de celebração de parcerias com entidades para a gestão das atividades de animação e apoio à família para a educação pré-escolar nos jardins-de-infância do Concelho / Ano letivo 2016/2017 / Retificação de valores / Freguesia de Sepins e Bolho / Para conhecimento;----------

17 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2017 / Requalificação Urbana nas Freguesias;----------

18 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo do Contrato de Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a EDP Distribuição – Energia, S.A.;----------

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para "Construção/Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada";----------

20 - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento;----------

21 - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);----------

22 - Apreciação, discussão e votação da 5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2016;----------

23 - Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede;----------

24 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2017;----------

25 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2017.----------

------ Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes: ----------

------ Justificação da falta do Sr. Dr. Caros Alberto Miranda de Jesus Pessoa, da Sr.ª Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão e do Sr. Manuel Madeira Teixeira por motivos profissionais, bem como da Sr.ª Enf.ª Helena Maria dos Santos Fernandes por motivos de saúde.----------

------ Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. ----------

------ De seguida, foi presente a ata n.º 04/2016, da sessão da Assembleia Municipal de 16 de setembro de 2016.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual solicitou que a referida ata fosse aprovada na próxima sessão em virtude dos elementos da bancada do PS não terem tido o tempo suficiente para a poder ler e apreciar, uma vez que a receberam no dia anterior à presente sessão.----------

------ Interveio de seguida o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual reconheceu que, por motivos pessoais, não conseguiu enviar a Ata da anterior sessão de forma mais célere.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, concordando com o pedido efetuado pelos elementos da Bancada do PS, informou que a Ata n.º 4/2016, da sessão realizada no dia

16/09/2016 seria então apreciada e votada na próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar no mês de fevereiro de 2017. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 17 de setembro de 2016 a 16 de dezembro de 2016, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. Salientou o pedido de renúncia de mandato apresentado por parte do Sr. Dr. Pedro Miguel de Jesus Neto Dias, bem como da aceitação da Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Miranda Anjo, em sua substituição.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou, de seguida, que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitou a inclusão na ordem de trabalhos da presente sessão de mais um ponto, respeitante à "*apreciação, discussão e votação do Memorando de Entendimento a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Universidade de Coimbra*". Após concordância por parte de todos os Membros presentes na sessão, foi aceite a inclusão daquele assunto na ordem de trabalhos passando assim para o ponto n.º 26 da mesma.----------

------- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que recebeu três propostas da Bancada do PSD: - A primeira a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Licínio Ferreira Alves dos Santos, a qual colocou a votação para discussão e votação, o que foi aprovado por unanimidade; - A segunda, a atribuição de um voto de louvor ao Senhor Eng.º António Guterres pela sua eleição para Secretário-geral da ONU, a qual após votação, também foi aprovada para

discussão e votação; - Finalmente uma terceira proposta, nomeadamente, uma Moção intitulada "Quarenta anos de Democracia, quarenta anos de Poder Local", a qual, após votação foi igualmente aceite por unanimidade para discussão e votação.----------

------ Deu, de seguida, a palavra ao Sr. Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, convidou os Membros da Bancada do PS a associarem-se às propostas apresentadas e procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Licínio Ferreira Alves do seguinte teor: "*Proposta de Voto de Pesar - falecimento do Senhor Licínio Ferreira Alves dos Santos – "Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova um voto de pesar para lamentar o falecimento do Senhor Licínio Ferreira Alves dos Santos, a quem é devido um testemunho de reconhecimento pelo valor da sua intervenção pública, nomeadamente, a sua ligação a projetos de índole sociocultural e o seu inestimável trabalho enquanto jornalista e correspondente de prestigiados órgãos de comunicação de âmbito regional e nacional. Além de ser figura incontornável da imprensa local, na Gazeta de Cantanhede, Boa Nova e Independente de Cantanhede, foi, durante muitas décadas, "a voz de Cantanhede" em jornais com o Diário de Coimbra, O Século, A Capital, o Comércio do Porto ou A Bola, tendo dado assinalável visibilidade ao concelho através das reportagens e crónicas que aí publicava regularmente. Cultivava a prática de um jornalismo vigilante e socialmente empenhado, quer no relato circunstanciado das alegrias ou das dificuldades e infortúnios do quotidiano, quer na promoção das grandes realizações coletivas das nossas comunidades. Os seus textos deixam transparecer uma paixão incondicional por Cantanhede e pelo concelho, uma paixão bem visível no modo como destacava os projetos e conquistas de entidades e instituições, bem como na expressão pública que dava a atos valorosos ou aos percursos de vida que mereciam notoriedade pública. Escrever a história do Município*

impõe inevitavelmente a consulta dos inúmeros artigos que publicou ao longo de uma vida intensa e dedicada à defesa de grandes causas e dos interesses das populações. Trata-se sem dúvida de uma das fontes mais profícuas sobre o que de mais relevante aconteceu no território durante largas dezenas de anos. Do Senhor Licínio Ferreira Alves dos Santos fica-nos a imagem de um homem bom e sempre disponível para colocar o seu saber ao serviço de entidades locais e a sua participação abnegada em causas de indiscutível interesse público para a comunidade. Integrou ainda os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e da Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo participado ativamente no movimento associativo, com destaque para os cargos que desempenhou no Rancho Folclórico "Os Esticadinhos de Cantanhede" e no Clube de Futebol "Os Marialvas", onde foi desportista de relevo."----------

------- O Sr. Prof. Abel Carapêto, informou que, sendo o Sr. Licínio Ferreira Alves, uma referência da comunicação social e da cultura no Concelho, a bancada do PS tem todo o gosto em associar-se ao Voto de Pesar apresentado. ----------

------- O Sr. Presidente da Mesa colocou então a votação o Voto de Pesar, subscrito por todos os Membros da Assembleia, pelo falecimento do Sr. Licínio Ferreira Alves, o qual, após votação, foi aprovado por unanimidade.----------

------- De seguida, o Sr. Dr. Carlos Fernandes procedeu à leitura da proposta de Voto de Louvor ao Sr. Engenheiro António Guterres, do seguinte teor: *"Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova um voto de louvor ao Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres, pelo prestígio internacional, elevado mérito e notável carreira de serviço público, que culminaram recentemente com a sua nomeação para Secretário-Geral da ONU – Organização das Nações Unidas. A experiência política, a capacidade de diálogo e a luta pelos direitos humanos são*

*traços vincados da sua carreira, marcada pelo exercício de um conjunto de importantes cargos de relevo, que conjuntamente constituem um currículo invejável e ao alcance de poucos. Aluno brilhante, licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, com a excelente média final de 19 valores e ao longo do seu percurso pessoal e político, destaca-se o exercício dos seguintes cargos: Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Indústria e Energia dos I, II e III Governos Provisórios. Deputado à Assembleia da República, pelos círculos de Lisboa e Castelo Branco; no Parlamento virá a desempenhar a função de presidente das comissões de Economia e Finanças (1977-1979) e de Administração do Território, Poder Local e Ambiente (1985-1988), bem como à comissão de Demografia, Migrações e Refugiados da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (1983). Presidente da Assembleia Municipal do Fundão, de 1979 até 1995; Secretário-Geral do Partido Socialista entre 1992 e 2002; Primeiro-ministro dos XIII e XIV governos constitucionais, entre outubro de 1995 e abril de 2002. Presidente da Internacional Socialista, entre novembro de 1999 e junho de 2005; Alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, entre junho de 2005 e dezembro de 2015; Doutoramento Honoris Causa na área das Ciências Sociais e Humanas pela Universidade da Beira Interior. Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Coimbra (Faculdade de Economia). Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, a partir de janeiro de 2017. Em resultado das funções exercidas, recebeu ainda inúmeras condecorações, incluindo várias ordens honoríficas internacionais, atribuídas por dezena e meia de países."----------

-------O Sr. Prof. Abel Carapêto, subscrevendo na íntegra o teor da proposta apresentada e destacando as qualidades humanas e a competência técnica e política

do Sr. Eng.º António Guterres, informou que a Bancada do PS também se associa ao Voto de Louvor apresentado.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação a proposta de Voto de Louvor ao Sr. Eng.º António Guterres, a qual foi aprovada por unanimidade.----------

------- De seguida o Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, procedeu à leitura da Moção apresentada, com o título "40 anos de Democracia, 40 anos de Poder Local", *do seguinte teor: "Longe vai o tempo em que o Poder era executado só por alguns, em que o povo não tinha opinião política, em que o descontentamento social não era aceite e muito menos se podiam tornar públicas palavras ou atos que ferissem o bom nome de quem governava. É bom recordar, para não esquecer, que este também era o tempo em que o Estado administrava um corpo policial denominado por PIDE, que ao longo de décadas torturou, prendeu e instalou o medo na Sociedade. Foi assim que viveu o regime totalitário ao longo de 41 anos e com mão de ferro governou Portugal até ao 25 de Abril de 1974, quando o movimento das Forças Armadas pôs fim à mais longa Ditadura da história da Europa Ocidental. Após alguns anos de instabilidade política, o regime foi evoluindo para a Democracia plena em que hoje todos nós vivemos. Com a Democracia veio o desenvolvimento económico, o florescimento cultural e científico, a afirmação das novas tecnologias. Com a adesão à União Europeia, Portugal deu um grande passo para o desenvolvimento económico e social. Hoje, 40 anos depois das primeiras eleições livres e democráticas, realizadas a 12 de dezembro de 1976, julgamos por bem recordar o passado e valorizar o presente. Hoje podemos estar aqui todos reunidos, sem medo, para discutir, discordar, apoiar ou repudiar toda e qualquer atitude política ou governativa porque graças à Democracia fomos todos eleitos pelo voto do povo e nesta casa de*

*Democracia é o povo quem representamos. Mas ainda não chegou o tempo de baixar os braços porque o regime democrático é e será sempre um regime em evolução, onde todos temos sempre algo a dizer e muita coisa a acrescentar. Este é o regime onde a vontade do povo deve ser respeitada na íntegra por quem foi eleito; onde deve haver uma relação de proximidade entre o eleito e o eleitor, bem como uma relação de confiança e de responsabilidade mútua. A Democracia e o Poder local fizeram crescer Portugal, fizeram crescer o nosso Concelho e as nossas Freguesias, aproximando assim o Poder Local das pessoas, contribuindo para o seu bem-estar social. Até aqui chegarmos já foi percorrido um longo caminho democrático, com altos e baixos, mas sempre graças ao respeito democrático fomos avançando e vencendo dificuldades. Assim, será bom que no futuro se continue a unir e a congregar vontades políticas, tendo por objetivo principal a construção e a proteção do Espírito Democrático de forma firme e transparente, de modo a evitar a Ditadura Democrática conseguida com a maioria democraticamente eleita, eleita pelo povo para governar. Na Ditadura Democrática, os eleitos ignoram os que os elegeram logo após a tomada de posse, ignoram as suas vontades e as suas dificuldades, e com a política do "quero posso e mando" governam ou desgovernam muitas vezes. É com grande prazer que 40 anos depois aqui estamos todos reunidos, eleitos pelos votos dos cantanhedenses para discutir abertamente os destinos do nosso concelho, da nossa freguesia, enfim, da nossa terra. Com satisfação podemos todos afirmar que tudo o quanto foi feito teve o nosso apoio ou a nossa discordância. Em Democracia o importante são as várias opiniões políticas e o respeito pelas decisões da maioria, tendo sempre como principal objetivo político o bem comum e a satisfação do eleitorado."----------

---------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou

à votação a Moção "40 Anos de Democracia, 40 Anos de Poder Local", tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual, após cumprimentar todos os presentes, procedeu à leitura do seguinte comunicado: "*Renuncia ao mandato de deputado da Assembleia Municipal de Cantanhede como voto de protesto pela situação dos postos médicos da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima - Considerando que, quando em setembro de 2013 decidi fazer parte das listas do PSD à Assembleia Municipal de Cantanhede, tinha como um dos principais objetivos contribuir para a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e para o seu desenvolvimento, assim como colaborar e defender todos os munícipes do Concelho e o próprio concelho de Cantanhede. Verifico que, infelizmente, os meus objetivos não foram conseguidos. Atento àquilo a que os políticos nos vão habituando nas promessas eleitorais e até nos programas eleitorais apresentados às populações, constato que Cantanhede e a União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima não são exceção, o que aqui lamento, pois considero que fui enganado. Pode ler-se no programa apresentado pela União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, logo no ponto n.º 3: "Garantir a reabertura dos postos médicos das duas localidades", mas infelizmente, 3 anos depois nada foi feito. Logicamente, assumo que eu também fui cúmplice nessa promessa, mas foi a minha infantilidade em acreditar nos políticos ou pelo menos em lhes dar o benefício da dúvida. Da minha parte, tudo fiz para cumprir a minha palavra e a promessa feita aos meus concidadãos, mas não tive êxito. O que quero aqui frisar muito bem, e espero que seja um alerta para memória futura, é que o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enfermeiro Egídio Patrão, para além de o subscrever no 3º ponto do seu programa eleitoral, não cumpriu, assim*

como, apesar de várias vezes ter abordado o assunto nesta Assembleia Municipal e na comunicação social, afirmando uma tomada de posição mais radical para o conseguir, parece que ainda nada conseguiu fazer para resolver o assunto. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Sr. Prof. Dr. João Moura, que também estava comprometido com o cumprimento desta promessa e que, reconheço, fez algumas diligências junto da ARS, de igual modo também deixou andar, limitando-se a transcrever e a enviar a esta Assembleia Municipal o ofício recebido e assinado pelo Sr. Presidente da ARS Centro, Sr. Dr. José Tereso, o mesmo que, leia-se no Diário de Coimbra e Diário As Beiras datados de 14/12/2015, teve uma opinião diferente relativamente ao funcionamento dos Postos Médicos, afirmando "É fácil fazer melhor pela saúde das populações." Na Assembleia Municipal do dia 16/09/16, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmou que "os postos de Enfermagem nas freguesias estão resolvidos." Ainda hoje desconheço qual foi a solução. Faço parte desta Assembleia Municipal há quase 40 anos, o que sempre cumpri com elevado prazer, respeito e isenção em relação a tudo e a todos. No entanto, não posso ficar indiferente e deixar de repudiar estas e outras atitudes que têm acontecido na minha freguesia e município e desejar que haja políticas de verdade no futuro. Desejo cumprimentar, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede, todos os meus colegas deputados com os quais tive o privilégio de trabalhar e até de discordar em alguns casos, apresentar as minhas desculpas por alguma falta que possa ter cometido e desejar as maiores felicidades no futuro. Assim, solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede Sr. Enfermeiro Maia Gomes, o meu pedido de renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Cantanhede para o qual fui eleito a 29 de setembro de 2013, e apresento as minhas desculpas por ir abandonar esta sessão da Assembleia Municipal e que tudo corra

bem e que haja política de verdade no futuro. Votos de Boas Festas para todos."

Despedindo-se de seguida de toda a Assembleia, saiu. ----------

------O Sr. Presidente da mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, perante aquela situação inesperada, aceitou o pedido de renúncia efetuado e agradeceu ao Sr. Mário Miranda de Almeida pelos quase 40 anos em que serviu os Munícipes e o Concelho, cumprindo a democracia.----------

------ Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes o qual informou sobre os seguintes assuntos: - O facto do Município de Cantanhede aparecer, mais uma vez, mencionado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e sempre por bons motivos, nomeadamente, por ter sido trigésimo oitavo na execução da receita cobrada com quase 99%, vigésimo sétimo com uma menor relação entre o peso das despesas com o pessoal sobre a despesa total, octogésimo oitavo no grau da execução da despesa comprometida sobre o grau da execução da receita liquidada, trigésimo quarto maior com uma diminuição do passivo exigível, trigésimo segundo entre os Municípios que melhoraram os índices da divida total e o quinquagésimo maior em resultados económicos considerando o valor absoluto. Informou ainda que, também a INOVA aparece mencionada entre as entidades com os melhores resultados económicos no exercício de 2015 em 14.º lugar. Concluiu que, em termos gerais é o 4.º melhor Município do distrito de Coimbra em vários aspetos e o 1.º entre os de média ou grande dimensão; - Deu os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal pela iniciativa da Festa do Desporto, que para além de bonita, homenageou o associativismo e os seus agentes. Acrescentou que foi uma oportunidade de convívio, permitindo que as associações se conhecessem umas às outras, quer as que têm maior visibilidade, quer as mais pequenas que revelam também um trabalho meritório, mas também que, através das apresentações que

foram feitas todos ficaram a saber o que se passa no concelho em termos desportivos. - Pelo 8.º ano consecutivo o Município de Cantanhede foi distinguido como autarquia familiarmente responsável pelo observatório das autarquias mais familiarmente responsáveis, tendo contribuído essencialmente para esse facto, a taxa de IMI familiar que a Assembleia deliberou aprovar sob a proposta do Executivo Municipal e o tarifário da INOVA, reconhecido como um dos melhores índices de equidade, nomeadamente, sendo o 7.º melhor a nível nacional e o 1.º a nível distrital; - Deixou uma nota de reconhecimento ao Sr. Mário Miranda de Almeida pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo dos anos no poder autárquico, em diversas funções pelas quais foi passando e lamentou que as coisas tenham acabado da forma como acabaram; - Agradeceu ao Executivo diversas obras que foram concluídas recentemente na Freguesia de Murtede, nomeadamente, a requalificação do campo de futebol e várias intervenções realizadas nas vias; - Deu uma nota muito positiva sobre os festivais gastronómicos que se realizaram recentemente em Murtede, nomeadamente, o festival do Negalho e o festival do Serrabulho.----------

------- Interveio, de seguida, o Sr. Dr. Luís Pato, o qual questionou sobre o ponto da situação do assunto, já abordado em anteriores sessões, relativo aos maus cheiros existentes na Quinta dos Lacticínios, provenientes da empresa Gum Chemical. Relativamente ao Parque Infantil do Largo Cândido dos Reis, criticou a falta de informação para com a população, a qual poderia ter sido prestada através dos espaços digitais do Município ou até da União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça.----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, no seguimento do pedido de renúncia do Sr. Mário Miranda de Almeida, lamentou o facto do mesmo ter abandonado a sala, pois queria dar-lhe uma palavra

de reconhecimento. Acrescentou que já faz parte da Assembleia há três mandatos, nos quais também ele estava presente e que lhe reconhece, de facto, um grande caráter, uma pessoa de grande frontalidade, uma pessoa de causas e que defende aquilo que acredita, mesmo por vezes contra o próprio Partido que o elegeu. Lamentou a sua atitude e, embora reconhecendo e percebendo a sua intenção, afirmou que se todos fossem renunciar ao cargo, sempre que não fossem cumpridas as promessas eleitorais, então ninguém estaria presente para lutar pelos interesses do Concelho.----------

------- Falou também a Sr.ª Maria Armanda Gavião, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deixou um abraço de solidariedade ao Sr. Mário Miranda de Almeida e afirmou que sempre o conheceu das sessões da Assembleia Municipal de Cantanhede, que apesar de terem estado muitas vezes em lados opostos, lhe tem uma grande amizade e que reconhece tratar-se de um homem de caráter, de valor, de palavra e que fez muito quer pela sua terra, quer ao nível do concelho.----------

------- Interveio o Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a aquisição, por parte da Câmara Municipal, de um imóvel em Ourentã junto à igreja, se já foi ou não concretizada e sobre o destino do referido imóvel.----------

------- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou ter ficado muito satisfeito com o Memorando de Entendimento a celebrar entre o Município de Cantanhede, o Biocant e a Universidade de Coimbra, dando por isso os parabéns ao Executivo Camarário. De seguida, louvou alguns acontecimentos ligados à Biocant chamando a atenção para ao facto de lá ter decorrido a Semana Europeia de Biotecnologia, no dia 28 de setembro. Recordou ainda que, mais recentemente, de 7 a 10 de novembro, decorreu

em Lisboa a WEB SUMMIT, Conferencia de Inovação e Tecnologia com mais de cinquenta mil participantes, onde das 237 *startups* interessadas em participar naquele evento a nível internacional, foram 170 finalistas, 67 de Portugal e 4 foram empresas *startups* instaladas no Biocant.----------

------ Falou ainda a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.ª Marise Pessoa, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu ao Executivo Camarário a execução de uma empreitada que consistiu na aplicação de betuminoso no troço Corga - Olhos da Fervença, um dos principais acessos à Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, um dos principais cartões-de-visita do concelho de Cantanhede e fonte de riqueza natural com as nascentes de água que são fonte de matéria-prima para a INOVA e para todo o concelho de Cantanhede.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao imóvel em Ourentã, o mesmo já foi adquirido e, em princípio até ao final do primeiro trimestre, será feito o levantamento dos trabalhos a realizar e logo a seguir o projeto, perante o qual a Direção do Rancho dos Bairradinos de Ourentã será chamada para dar também a sua opinião. Informou ainda que parte do espaço irá servir para acolher a catequese e outra ficará para aquela coletividade; - Em relação à questão da CHEMICAL, tem tido o cuidado de acompanhar o processo, sendo que a última informação disponível tem a ver com a questão do ruido, nomeadamente, relativamente a uma medição que foi feita e cujos resultados já foram entregues a uma comissão de moradores; - Relativamente ao Parque Infantil, recordou que foi um problema com o empreiteiro e, de entre a possibilidade de se colocar a obra abaixo e abrir um novo procedimento, o que demoraria muitos meses, preferiu-se a promessa reiterada do empreiteiro de a

acabar, tal como aconteceu. Acrescentou que, efetivamente, poder-se-iam ter aproveitado outros locais para informar os Munícipes sobre o atraso daquela obra. De seguida referindo-se aos Regulamentos da Empregabilidade e da Natalidade, informou que na última reunião camarária foram aprovados os subsídios que irão ser distribuídos. Acrescentou que, relativamente à natalidade, no ano de 2015, 28 casais cumpriam os requisitos e receberam os subsídios referentes a 28 nascimentos no Concelho. No ano de 2016, foram atribuídos 127 subsídios de incentivo à natalidade que serão pagos até 17/11/2016, num valor total de 60.495,00 €, correspondente a 127 casais que cumpriram os requisitos. Também os subsídios relativos à empregabilidade foram aprovados em reunião de Câmara, tendo sido analisados 24 candidaturas, deferidas 22 e indeferidas 2, por não ter sido comprovada a criação líquida de emprego. Salientou o facto de se tratar de uma multiplicidade de empresas, dando como exemplos a Associação Cultural Ecológica e Social da Póvoa da Lomba, a Gum Chemical, recordista com 11 postos de trabalho criados, o Centro Social e Polivalente de Ourentã, Mário Miranda de Almeida, Fresco Amanhecer da Tocha com 7 postos criados, Paisajarte, ACAP – Associação Cívica dos Amigos da Pocariça, entre outras. Informou finalmente que foram criados em média 2 postos de trabalho, tendo sido criados no total 47 e que, os subsídios serão entregues brevemente aos representantes das empresas respetivas. Relativamente à tomada de posição do Sr. Mário Miranda de Almeida, enalteceu o seu papel ativo na sociedade local, nomeadamente, na sua freguesia ao longo destes anos de democracia, tendo sido um dos responsáveis, senão o maior responsável pela criação da Freguesia do Corticeiro de Cima. Relativamente às preocupações do Senhor Mário Miranda de Almeida refletidas no seu comunicado de renúncia ao mandato e na qual imputa responsabilidades ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Presidente da Câmara porque

são políticos e não cumprem as suas promessas, recordou que também ele era membro da Assembleia Municipal com promessas para cumprir e que deveria continuar a lutar. De seguida informou sobre os últimos desenvolvimentos relativos ao assunto em causa, nomeadamente, pela Câmara Municipal, pela Sr.ª Presidente da Junta da Freguesia de São Caetano e pelo Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro. Recordou que, como todos sabem, a tutela é do Ministério da Saúde, pelo que houve uma carta do Presidente da ARS, por pressão do Presidente da Câmara, para que houvesse uma manifestação do que eram as pretensões do Concelho, da Câmara Municipal e dos executivos das Junta que queriam a reabertura das extensões de saúde. Informou ainda que, logo que houve a confirmação que não haveriam extensões de saúde, por falta de médios, o Executivo não deixou de manifestar a sua opinião e procurou soluções alternativas. Assim, começou-se a trabalhar no sentido de, pelo menos, existirem postos de enfermagem, o que também foi recusado por parte da ARS, pois não tinham quem os supervisionasse. Explicou, de seguida todas todos os passos dados pelo Executivo e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia visadas, junto do Centro de Saúde de Cantanhede e que culminaram na possibilidade dos postos de enfermagem poderem abrir, assegurando o Município e aquelas Juntas o pagamento dos honorários ao enfermeiro e, possivelmente, também dos consumíveis. Finalmente, referindo-se ao Senhor Mário Miranda de Almeida, afirmou que deveria ter questionado sobre o ponto da situação, pois ninguém deixou de lutar por aquela causa, e, se tudo correr bem, os postos de enfermagem abrirão, pelo que se quiser cumprir com o prometido, nomeadamente pagar a um médico para lá estar de forma particular, poderá fazê-lo.-

------ Falou, de seguida o Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, o qual testemunhou uma situação idêntica em 2004, quando era Presidente da Junta de

Freguesia de Cordinhã e as pessoas da freguesia tinham que se deslocar de autocarro às 9h15 para levar uma injeção e voltar para casa às 12h30. Esclareceu que, na altura, com o apoio da Câmara Municipal de Cantanhede, foram à ARS com a proposta de assumirem as obras necessárias ao local e o custo do pagamento ao enfermeiro, com a contrapartida do Centro de Saúde de Cantanhede assumir os consumíveis, o retorno dos desperdícios (seringas, agulhas) para incinerar e a responsabilidade dos atos que o enfermeiro podia executar, uma vez que a condição era ter enfermeiros diretamente ligados ao Centro de Saúde. Recordou ainda que, na altura, tanto o Presidente da ARS como o Presidente do Centro de Saúde, acharam que era uma atitude muito digna e um benefício para a população. Finalizou a sua intervenção afirmando que os postos de enfermagem prestam serviço muito digno e muito importante às populações.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, prestou ainda dois esclarecimentos: - Que houve vontade de cooperar por parte da ARS e do ACES, numa reunião realizada em Cantanhede, quando se tentava uma possível solução de deslocalizar as pessoas que estão em S. Caetano, Vilamar e Corticeiro para a sede em Febres, procurando-se até com a INOVA, articular os horários dos TUC para que pudessem trazer as pessoas ao Centro de Saúde pelo menos uma vez por semana. Nessa altura, o Diretor do ACES disponibilizou-se imediatamente para alocar um espaço, numa manhã ou numa tarde, de acordo com os horários, exclusivamente para as populações daquelas localidades; - Que o sistema dos postos de enfermagem em Cantanhede é o melhor no país, tendo-o já afirmado repetidamente, algumas vezes nos fóruns próprios com os responsáveis do Ministério da Saúde. Assim, recordou que Cantanhede já tem alguns anos com experiência naquele campo e que, era uma cobertura dos cuidados de saúde primários à

população, poderia também passar para uma visita familiar, na própria casa dos mais idosos que não se podem deslocar, em articulação com o Centro de Saúde.----------

------- Foi, de seguida, foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à comunicação feita pelo Sr. Mário Miranda de Almeida e, afirmando que só se perde uma causa quando se deixa de lutar por ela, acredita que a sua renúncia ao mandato tenha sido mais uma forma de pressão do que propriamente uma saída da política. Recordou que, durante muitos anos e muitas vivencias travaram muitas lutas, por muitas causas, relativas às próprias freguesias e ao concelho. Considerou ainda que a política é uma missão e representa a arte de servir as comunidades, o que nem sempre é cumprido, criando ao longo dos tempos algum desencanto e alguma desilusão. Finalmente, afirmou ter a certeza de que ele vai continuar a lutar pelas freguesias dele, principalmente pelo Corticeiro de Cima, com o mesmo empenho e a mesma força por aquilo que sempre lutou, com uma maior dignidade, uma maior capacidade e uma maior boa vontade.---

------- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato, o qual criticou o facto do Sr. Presidente da Câmara ter falado do Sr. Mário Miranda de Almeida quando este não estava presente e, de seguida, questionou sobre o facto de não estar presente, na sessão, qualquer representante da comunicação social.----------

------- O Sr. Presidente da Mesa informou que sempre que sai a convocatória para todos Membros, também é dado conhecimento da realização e ordem de trabalho das sessões a realizar, por ofício por ele assinado a todos os órgãos da comunicação social.----------

------- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual afirmou que terá o cuidado de transmitir ao Senhor Mário Miranda de Almeida toda a informação que prestou anteriormente, sendo certo que apenas se viu obrigado a

responder ao que o mesmo deixou expresso na sua comunicação e porque foram focadas algumas questões que considera não serem corretas. ----------

------ Foi ainda dada a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Patrão, o qual recordou que o Sr. Mário Miranda de Almeida foi a primeira pessoa a ser chamada para estar com as Juntas de Freguesia visadas naquele processo, tendo-os acompanhado em todas os procedimentos e sido informado de tudo, e em certa altura, começou-se a desvincular-se devido ao rumo daquele processo. Acrescentou que a situação não foi descurada, em setembro foi aprovada uma Moção que foi transmitida à Câmara Municipal, à ARS e ao ACES e que despoletou reuniões subsequentes já transmitidas pelo Sr. Presidente da Câmara. Referiu que o Sr. Mário Miranda de Almeida, tendo a sua filha como Presidente da Assembleia de Freguesia, tinha que saber o que se estava a passar, uma vez que o assunto foi debatido na Assembleia de 5 de Dezembro. Considerou assim que o mesmo deveria ter-se informado antes de tomar a atitude que tomou e apresentar o Comunicado que apresentou e, afirmando ter-lhe um enorme respeito, reconheceu que tanto a freguesia como, talvez o Concelho, lhe devem muito, mas às vezes precipita-se, como foi o caso.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.----------

------ **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»**:----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 2** ao **Ponto 6** são relacionados com a INOVA, EM-SA, pelo que

seriam analisados em conjunto, sendo, seguidamente, votados individualmente e deu de seguida a palavra ao Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves.----------

------ Interveio o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa a possibilidade de prestar uma informação sobre outro assunto, antes de entrar nos assuntos em análise.----------

------ O Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração de todos os Membros presentes aquela solicitação, situação que foi aceite por todos.----------

------ Assim, retomou a palavra o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual informou que, há cerca de dois meses saiu a classificação atribuída anualmente e relativa ao ano de 2014, pela ERSAR aos serviços que regulados água, saneamento e resíduos. Acrescentou que aquele estudo foi coeditado pela própria ERSAR. Na parte do abastecimento de água são analisados quinze indicadores, tais como a acessibilidade física do serviço, a acessibilidade económica, a ocorrência de falhas no abastecimento, a qualidade da água, as respostas a reclamações, a cobertura de gastos, a adesão ao serviço, a água não faturada, a rebentação de condutas, a adequação de recursos humanos, as perdas de água, a deficiência energética, etc... Informou ainda que aquela análise é pública, constando do *site* daquela Entidade e que, dos 10 concelhos que pertencem à área nossa geográfica, Cantanhede ficou em segundo lugar com uma média de 2,7, face à média nacional do ano de 2014, de 2,07. Na parte do saneamento, em que são analisados 16 indicadores, dos quais, a acessibilidade física ao serviço, a acessibilidade económica, a ocorrência de inundações, as respostas a reclamações, a cobertura de gastos, a adesão ao serviço, a reabilitação de coletores, a ocorrência de colapso, a deficiência energética, o destino adequado de águas residuais recolhidas, o controle de descargas, o destino do

tratamento, o cumprimento dos parâmetros de descarga, etc... a Inova ficou em primeiro lugar, com 2,4, face à média nacional de 1.86. Relativamente aos resíduos, são analisados 16 parâmetros, que para além dos mencionado anteriormente, também incluem a lavagem dos contentores, a cobertura de gastos e a renovação do parque de viaturas. Nesta área, dentro dos dez concelhos, também a INOVA ficou em primeiro lugar, com 2,67 quando a média nacional é 2,17. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a informação prestada e, não havendo qualquer pedido de intervenção sobre o assunto em causa, solicitou ao Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves que apresentasse os Pontos da ordem de trabalho em discussão.----------

------ Auxiliando-se com uma projeção de slides, o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves começou por apresentar o contrato programa referente à Quinta Biológica, referindo que a venda de produtos, em 2015 subiu ligeiramente e em 2016 tudo indica que vai descer ligeiramente. Referiu, de seguida que o valor dos contratos-programa têm vindo a descer, pelo facto de utilizarem muitos projetos de Emprego-Inserção, vulgarmente conhecidos como POC`s, ficando assim a mão-de-obra, ligeiramente mais barata. Relativamente aos transportes urbanos, informou que a taxa de ocupação da parte urbana se tem mantido mais ou menos estável, prevendo-se que desça ligeiramente em 2016. Quanto à ligação às freguesias informou que o total dos utilizadores até Novembro foi de 944 pessoas, tendo havido, na parte dos Covões, 46 circuitos, com uma média de 0,6 pessoas por viagem, na parte do Bolho, 49 circuitos, com uma média de 3 pessoas por viagem, da parte de Vilamar com uma média 2,4 pessoas por viagem, da parte de Cadima também com uma média 2,4 pessoas por viagem e da parte da Tocha com uma média 1,8 pessoas por viagem. Relativamente às Praias informou que não houve qualquer pessoa a utilizar os circuitos da Praia das

Sete Fontes e 155 pessoas a utilizaram o autocarro para a Praia da Tocha, com uma média de 1,8 pessoas por viagem. Assim, informou que a proposta para o próximo ano é de manter o circuito urbano tal como se encontra e os circuitos das freguesias, não se justificando continuar com os circuitos das praias. Referiu ainda que, em termos de bilhética é mais ou menos semelhante aos anos anteriores, com o valor de 6.206,75€, até 12/12. Recordou, de seguida que, o contrato-programa dos Transportes Urbanos, em 2016, foi de 56.000,00€, contra os 34.000,00 € de 2015, tendo a necessidade de um reforço de 8.000,00€ ao contrato-programa que estava estabelecido devido ao facto de ter sido necessário decorar 64 paragens que tiveram um custo elevado e ao facto da bilhética também ter sido mais reduzida, daí a adenda ao protocolo celebrado para 2016, no valor de cerca de 8.000,00€. Informou, de seguida que se pretende manter o mesmo tarifário quer para a cidade de Cantanhede, quer para as freguesias. Informou ainda que, em termos gerais, o valor dos contratos-Programa, em 2017 irá diminuir pelo facto de, conforme parecer solicitado às Finanças, os mesmos não terão de suportar IVA. Relativamente aos Espaços Verdes informou que, em relação a 2016, há uma redução de 27.400,00 € pelo faco de não pagar IVA, mas há uma subida do salário mínimo nacional, aumento de gastos e uma maior área de zonas verdes com cerca de mais 5.200 m^2, ficando o contrato-programa para 2017 em 563.000,00 €. Quanto à limpeza urbana, informou que se pretende fazer alguma renovação da parte do equipamento, pelo que o contrato-programa vai subir cerca de 36.200,00 €, passando de 243.800,00 €, para 280.000,00 € em 2017. Finalmente concluiu que somando os quatro contratos-programa para 2017 verifica-se que, ascende, ao valor de 935.000,00 €, ou seja mais 3.280,00 € do que os de 2016.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a informação prestada e colocou para apreciação, discussão e votação o **Ponto 2 - Adenda ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Transportes Urbanos de Cantanhede 2016,** dando a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato.----------

------ O Sr. Dr. Luís Pato referindo-se ao norte do concelho por ser natural da aldeia de Montouro, informou que questionou os seus habitantes sobre o porquê de não utilizarem os autocarros, tendo-lhe sido respondido que os horários não correspondiam às reais necessidades da população, pois são muito curtos, não permitindo o acesso a certos Serviços.----------

------ Interveio de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual após cumprimentar o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, aproveitou para sugerir que, numa próxima Assembleia, fizesse também uma apresentação sobre o tema da Expofacic, pois é um tema que a sua bancada gostaria muito de discutir por ser de muito interesse para o concelho de Cantanhede e para a região. Relativamente à questão dos transportes públicos, sabendo de facto que são deficitários mas que representam um serviço público, questionou se a INOVA tem alguma estratégia para inverter aquela situação e aumentar o número de passageiros.----------

------ Falou também o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual mostrou a sua admiração com o número de utilizadores dos transportes, e apesar de concordar que a utilidade pública deve ser sempre equacionada, considerou que quando o investimento é muito superior ao benefício, pode ser repensado. Assim, afirmou ser importante dar continuidade por mais um ano àquele serviço, mas que se os valores forem os mesmos e as pessoas não derem utilidade ao serviço, não fará sentido continuar.----------

------ Interveio, de novo, o Sr. Dr. Luís Pato referindo que o que é importante é perceber as reais necessidades das pessoas, pelo que a INOVA deve auscultar a população, para que aqueles horários consigam adequar-se à real necessidade da população.----------

------ Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual informou que a Bancada do PSD preparou uma declaração de voto sobre o assunto que irá apresentar após a discussão do Ponto 4, relativo aos transportes para 2017. Quanto à adenda ao protocolo de 2016, referiu que também existe preocupação por se tratar de um serviço público disponibilizado às populações, sobretudo às populações que têm mais dificuldade em se deslocar, o que tem o seu valor. No entanto a sua Bancada também tem noção que não é tempo de desbaratar dinheiros do erário público mantendo um serviço, quando podem ser aproveitados e utilizados em apoios sociais ou outras atividades que permitam ir mais de encontro às necessidades das populações. Por isso, consideram ser importante fazer uma avaliação e ouvir as populações para perceber, realmente, o que é que está a funcionar bem ou mal e o que acham que é bom naquele serviço. De seguida informou que, enquanto Presidente de Junta, lhe têm chegado sobretudo a questão do espaço entre a chegada do autocarro a Cantanhede e a sua saída, não permitindo efetuar atividades num conjunto de instituições públicas e compras, entre outras coisas. Referiu que muitas vezes, as pessoas não dependem apenas dos horários dos autocarros, mas também das filas que possam existir e de todo um conjunto de outras circunstâncias. Considerou assim que se deve reavaliar tudo e pensar se não haverá outras possibilidades, estudando eventualmente parcerias com outras entidades de modo a que, não sendo possível mudar o serviço, possa ser maximizado o número de

pessoas que os utilizam, nomeadamente, através um serviço de atendimento preferencial para as pessoas da zona que utilizam um certo trajeto em dia específico.----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, questionou o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves sobre o custo total do Serviço prestado pelos transportes urbanos e sobre o número de utilizações.----------

----- De seguida deu a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, concordando com tudo o que já fora dito anteriormente, concordou com o facto de que não se deve por em causa um serviço de utilidade pública sem se investigar o porquê da sua pouca utilização. Considerou ainda que, a INOVA já o deve ter feito, eventualmente, e que um inquérito realizado pelas próprias Juntas de Freguesia envolvidas, aos atuais utentes, poderia ser uma ferramenta para encontrar uma solução. Considerou ainda que não se deve abandonar aquele serviço apenas porque tem um custo elevado, tem sim que ser equacionado e deve-se continuar a apostar nele, mas mudando a estratégia. Finalmente questionou o Sr. Presidente da Mesa sobre a possibilidade das apresentações feitas nas várias sessões poderem ser facultadas, atempadamente, a todos os Membros.----------

----- O Sr. Presidente da Mesa respondeu que a documentação distribuída por cada ponto tem muita da informação que foi dada na apresentação efetuada pelo Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves e informou que se for necessário alguma informação complementar apenas terão que a solicitar, pois será enviada.----------

----- Interveio de seguida o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves o qual passou a esclarecer as questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao horário, recordou a discussão havida no ano passado acerca dos horários das freguesias e sobre o facto de se ter tido em consideração que dentro de certos horários o circuito urbano de Cantanhede tinha muita pouca adesão e, se se deveria ou não, dar a

possibilidade às pessoas de almoçarem em Cantanhede ou de irem almoçar a casa. Verificou-se também que a empresa de transportes achou que as pessoas tinham por tendência ir almoçar a casa, sendo preferível o horário ser feito com esse objetivo. Houve divulgação desses horários, quer através da distribuição de *flyers*, por duas, vezes, em todos os locais das freguesias, nas igrejas, nos cafés e nos locais públicos, quer por aviso efetuado pelo Senhor Padre na eucaristia dominical. Informou de seguida que a INOVA pretende fazer um inquérito às pessoas que utilizam os Transportes Públicos, para saber o que é que pensam, tendo em atenção os horários e a forma como o serviço está a funcionar. Relativamente aos custos, informou que a INOVA pagou 1.466,00 € por mês pelo serviço das freguesias e 2.972,00 € por mês pelo serviço do circuito urbano. Considerou ainda que o grande contra dos transportes urbanos é a geomorfologia do concelho que faz com as pessoas se desloquem facilmente de bicicleta e de Vespas, acabando o transporte urbano por ficar em segundo plano. Finalmente, face ao investimento feito com a decoração das paragens e com a distribuição dos *flyers*, considerou que vale a pena tentar mais um ano.----------

---------- Voltou a intervir o Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou sobre quais os dados em que a empresa responsável pelo serviço se baseou para sugerir aquele horário, pois já ouvira vários utentes afirmarem que se o horário fosse diferente, iriam utilizar o serviço. Concordou de seguida com a política de proximidade, através das entregas dos *flyers* pelas Freguesias e sugeriu que também fossem entregues juntamente com as faturas da água. ----------

---------- Falou o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que muitas pessoas de Ançã, no verão, costumam ir para a Praia de Mira de autocarro e que, talvez se tivessem a alternativa de escolher a Praia da Tocha, talvez utilizassem o serviço.

Assim sugeriu que os autocarros para a Praia da Tocha saíssem de Ançã e não de Cantanhede.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual referiu que os questionários podem ser uma boa ferramenta, mas também podem induzir em erro, tudo dependendo de como vai ser feito, da forma como for distribuído e recolhido, sendo certo que fácil é distribui-los mas recebê-los respondidos é o mais difícil. Assim, sugeriu que, efetivamente, fossem envolvidos os Presidentes de Junta, os quais teriam um papel ativo na procura das respostas.----------

------- Interveio de seguida o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves o qual informou que os inquéritos da INOVA geralmente são feitos por empresas especializadas e não através da fatura da água. Esclareceu ainda que, junto à fatura costumam divulgar alguns assuntos como irá acontecer na próxima faturação com a divulgação da possibilidade de, através do *site* da INOVA, qualquer pessoa poder fazer uma reclamação ou denunciar alguma rutura, por exemplo. Acrescentou, no entanto, que a colaboração das Juntas de Freguesia é sempre benéfica e bem-vinda e com certeza será solicitada, mas o inquérito tem de ser feito por uma empresa da especialidade e também distribuído no próprio autocarro para se conhecer a opinião de quem o utiliza. Relativamente aos horários informou que se aproveitou um autocarro que não era utilizado entre as 9h00 e a 13h00, mas também houve o conselho da empresa concessionária do serviço no sentido de que era preferível as pessoas chegarem a casa por volta das 13h00 do que às 14h00 ou 15h00 da tarde, pois poderiam almoçar em casa. No entanto, considerando os resultados obtidos, poderá não ser bem assim pelo que os inquéritos poderão esclarecer qual será a preferência das pessoas. ------

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da adenda ao Contrato-Programa celebrado**

entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Transportes Urbanos de Cantanhede 2016», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2017 / Limpeza urbana»:**----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Limpeza urbana»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Transportes urbanos»:**----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Transportes urbanos»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Após a votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: "*Ao votar favoravelmente a minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2017 a celebrar entre o Município de Cantanhede e*

a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros pretende-se continuar a disponibilizar aos cidadãos um serviço próximo e acessível, sem que com isso se assuma que o serviço deve ser mantido a qualquer custo. Reconhecemos o esforço e a vontade de mudar, consubstanciado através da introdução do serviço Urbin que, contudo, não teve reflexo significativo na adesão de público ou na sustentabilidade do serviço. Após o ano de implementação, achamos por bem dar o benefício da dúvida e conceder mais um ano para a consolidação plena do serviço. Compreendemos e valorizamos também a importância deste transporte para todos os que o utilizam e, particularmente, para aqueles que se encontram em situação social mais desfavorecida. Todavia, nunca é demais recordar que também deve ser tida em conta o equilíbrio das contas, até porque não é previsível que o atual governo socialista venha a assumir os custos com dívidas, operações ou investimentos nos transportes de Cantanhede, como, de uma forma desigual, está a fazer noutras cidades do país. Ainda assim e em jeito de recomendação, constata-se que é imprescindível procurar novas parcerias, procurar novas formas de divulgação e de promoção, proceder ao ajuste de rotas e ir de encontro às necessidades da população, pois só dessa forma se conseguirão melhores resultados. Esta discussão vem de longe e embora se trate inquestionavelmente de um serviço público prestado aos cidadãos, importa também refletir por quantos anos se pode manter um transporte que é largamente deficitário e pouco utilizado, quando as verbas aí despendidas poderiam ser realocadas para outros serviços mais necessários. Pelo exposto e pesem embora as recomendações acima enunciadas, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2017 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros."----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Quinta Agrícola Biológica»:**----------

------ Pediu a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referindo-se ao projeto da Quinta Biológica, que no fundo, é um projeto de serviço público, mas que tem vindo a reduzir as suas receitas, questionou se a Inova tem alguma estratégia para tentar inverter aquela situação. Referiu de seguida que a Declaração de Voto apresentada pela bancada do PSD, não transmite o que foi discutido, pelo que deveria ter sido lida no período de discussão para depois ser debatida.----------

------ Respondeu o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves não ser fácil aumentar as receitas da Quinta Biológica por se tratar de uma cultura muito limitada e apenas com três hectares. Acrescentou que o seu objetivo é mais ser pedagógico do que propriamente faturar muitos produtos cultivados e que não é fácil aumentar o número das vendas. Por outro lado, também o número de crianças e de escolas que visitam a Quinta se tem reduzido.----------

------ O Sr. Eng.º Rogério Marques questionou sobre a possibilidade de dinamizar a Quinta Biológica com possíveis colaborações, por exemplo, com a Adega Cooperativa ou até com a Biocant.----------

------ Respondeu o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves que a INOVA tem feito anualmente alguns cursos sobre agricultura biológica em parceria com o Centro de Emprego. Relativamente à Biocant, duas empresas abordaram os serviços para fazer uma plantação de pinheiros e fazer uma experiencia, mas acabou por não se concretizar aquela intenção.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Quinta Agrícola Biológica»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual referiu que o assunto que vai expor já é uma luta antiga e que também conhece qual é a posição da Câmara Municipal dado que continua aqui a aparecer a manutenção e o ajardinamento da Estrada Nacional 234. No entanto, considerando existir uma pequena porção com acesso à Zona Industrial de Murtede que nunca foi ajardinada questionou sobre o ponto da situação daquela zona que é uma das principais entradas do concelho.----------

------ O Sr. Eng,º António do Patrocínio Alves respondeu que a INOVA não faz espaços verdes, apenas os mantém.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Câmara, informando que o projeto para a zona em causa está pronto, poderá, no entanto, não ser um espaço verde. ----------

------ O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes respondeu que ficaria então a aguardar mas que o Senhor Presidente da INOVA apesar de afirmar que não faz espaços verdes, tem respondido, inclusivamente por escrito, como se fosse a INOVA a assumir e a fazer as obras.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Sr. Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que tem muitas árvores na sua União de Freguesias as quais, em sua opinião deveriam ser cortadas mais cedo, evitando assim muitas folhas no chão.----------

------ Também a Sr.ª Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.ª Aidil Machado, após cumprimentar todos os presentes na sessão, se queixou que, especialmente no Largo do Montinho existem 213 árvores e que, nesta altura, todas as semanas tem que lá ir recolher as folhas, porque as árvores ainda não foram podadas.----------

------ Falou, de seguida, o Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Dr. Paulo Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu ficar agradado com o facto de saber que a INOVA pode arranjar as árvores do concelho, uma vez que há responsabilidades na questão da poda das árvores em termos de higiene e segurança no trabalho. Acrescentou que, nem sempre as Juntas de Freguesia conseguem reunir todas as condições, nomeadamente pessoas, para ir para cima das árvores podar os respetivos ramos, pois correm riscos de queda, etc..., do qual o Presidente de Junta é sempre responsável como entidade empregadora. Acrescentou que nem sempre, as pessoas que trabalham para a Junta de Freguesia têm aptidões, habilitações e formas de saber podar as árvores. Relativamente à União de Freguesias de Portunhos e Outil, informou que lá existem árvores com muitas dezenas de anos para não dizer centenas de anos, que precisam de um técnico especialista para as podar. Assim, considerou importante que a INOVA pudesse assumir também a poda das árvores no Largo do Cruzeiro em Outil, no Largo das Árvores em Vila Nova, junto à igreja em Portunhos, entre outros largos que têm

árvores e que são da responsabilidade da Junta de Freguesia. Considerou ainda que facilitaria o trabalho da Junta de Freguesia, na questão técnica da poda, para além de também reduzir o risco de acidentes uma vez que as Juntas não têm os meios precisos para podar aquelas árvores como a INOVA deve ter. ----------

------- Interveio ainda o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Sr. Enf.º Egídio Patrão, o qual, afirmando ser uma questão de equidade, referiu que, em 8 anos como Presidente de Junta de Freguesia de Vilamar, quem podou as árvores foi sempre a Junta e nestes últimos anos na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro, também é a Junta que executa esse serviço. De seguida questionou porque é que a INOVA não celebra um acordo com as Juntas para a aplicação dos fitofarmacêuticos, por ser um problema muito complexo e uma vez que as Juntas se fazem valer essencialmente de desempregados ao abrigo dos contratos emprego-Inserção, que não estão preparados para fazer aquela aplicação. ----------

------- Foi dada a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que em sua opinião pessoal, prefere ver as folhas secas no chão do que a poda das árvores antecipada, até porque cada árvore tem a sua própria altura para ser podada.----------

------- O Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves respondeu que os serviços da INOVA executam a poda em muitas árvores, na sede de freguesia e noutras freguesias, quando é solicitado, através da subcontratação de empresas especializada. Relativamente à aplicação dos fitofármacos, informou que a INOVA tem um técnico que tirou um curso mas como há muito trabalho nessa área foi solicitado à Câmara que dois técnicos da Proteção Civil também tirassem o curso em causa, precisamente para dar apoio às Freguesias na aplicação dos fitofármacos. ----------

------- Interveio de seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, informando que a sua Junta de Freguesia nunca pediu à INOVA para podar o que quer que fosse, no entanto, foram ao Parque das Merendas à entrada de Ançã onde tem um forno e cortaram as oliveiras quase rentes sem pedirem nada a ninguém.----------

------- O Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves respondeu que em Ançã, por exemplo, o Sr. Padre Manel comunicou que no Terreiro, junto à igreja, não queria que as árvores fossem podadas.----------

------- Contrapôs o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, que o Sr. Padre Manel responde pelo Parque que supostamente pertence à Igreja, o Parque de merendas em causa pertence à Junta de Freguesia e a INOVA, sem que lhe tenham sido solicitado, foi lá cortou e andou.----------

------- O Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, perplexo, informou não se recordar de árvores cortadas em Ançã. ----------

------- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que, a propósito dos produtos fitofármacos, está a ser preparada legislação proibindo a aplicação de produtos químicos nos espaços públicos.----------

------- Dirigindo-se ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, sugeriu que, relativamente ao que se tem solicitado sobre as contas da Expofacic, a Assembleia nomeasse um ou dois elementos de cada Partido a quem ele pudesse mostrar as contas daquele evento, desde 2002 até 2015, uma vez que as contas de 2016 ainda não estão totalmente apuradas.----------

------- Referindo que o assunto não tem nada a ver com o Ponto da ordem de trabalhos em análise, mas tem sido levantado constantemente, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, propôs que efetivamente as duas Bancadas se entendessem

e decidissem como é que querem fazer, se querem nomear duas pessoas de cada bancada para reunirem com o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves ou se querem que o mesmo venha a uma próxima sessão expor o que entender sobre o assunto, podendo assim ser questionado sobre o mesmo. Acrescentou que considera que o tema deva ser tratado ou na Assembleia ou numa Reunião com a INOVA de forma a que seja esclarecido e que espera que todos entendam a razão de haver sobre a questão algum sigilo necessário, não para esconder seja o que for, mas para proteger a própria Expofacic que é um ex-libris do concelho.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2017 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Finda a votação o Sr. Presidente da Mesa questionou o Sr. Eng.º António do Patrocinio Alves sobe qual seria a melhor forma de prestar os esclarecimentos solicitados acerca da Expofacic a todos os Membros da Assembleia.----------

------ Respondeu o Sr. Eng.º António do Patrocinio Alves novamente que, se houver um Membro da Bancada do PS e outro da Bancada do PSD que queiram reunir-se com ele, apenas precisam telefonar a indicar quando pretendem reunir e serão mostradas todas as contas da Expofacic desde 2002.----------

------ O Sr. Presidente da mesa solicitou aos líderes das Bancadas do PS e do PSD que se pronunciassem sobre aquela proposta.----------

------ Respondeu o Sr. Prof. Abel Carapêto que não há nenhum tipo de suspeição, apenas pretendem saber em que termos a Expofacic é sustentável, quais são as

despesas, as receitas e o saldo final. Considerou ainda que, sendo a Expofacic uma festa extremamente importante, deveria haver um maior envolvimento por parte dos Membros da Assembleia, estando ao lado da entidade organizadora, numa perspetiva de dar apoio, de reforçar e até para contribuir para melhorar a Expofacic. De seguida propôs que, numa próxima Assembleia, que poderia ser a de Setembro, constasse da Ordem de Trabalhos um Ponto onde se pudesse discutir a Expofacic, se correu bem ou não e o que é que se propõe em questões de melhoria porque de facto, existe interesse em dar contributos para essa melhoria.----------

------- Antes de dar a palavra ao Líder da bancada do PS, o Sr. Presidente da Mesa recordou que, a INOVA é responsável pela vertente administrativa, financeira e logística da Expofacic, mas o Presidente da Comissão Executiva é o Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. João Moura pelo que também ele se deverá pronunciar sobre o assunto em causa.----------

------- Estando o Líder da Bancada do PSD ausente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes informou que os Membros presentes nada têm a opor à proposta do Eng.º Alves e, caso seja necessário nomear uma ou duas pessoas desta bancada, indicam o Sr. Manuel Augusto dos Santos e o Sr. Manuel Madeira Teixeira, este último não estando presente terá que ser ponderado a opinião dele. Considerou ainda importante que o Sr. Presidente da Comissão Executiva esteja também presente na reunião em causa, assim como outros elementos da Comissão Executiva e os responsáveis da área financeira. ----------

------- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual recordou que o assunto já foi discutido várias vezes, o que é bom, mas uma coisa é demonstrar disponibilidade para olhar para as contas e fazer um balanço, outra coisa é tentar melhorar o que já existe, através de uma voz crítica, o que é sempre

construtivo, dando sugestões para as futuras edições. Afirmou ter estado sempre aberto a novas sugestões, até dos contributos que são dados individualmente pelos munícipes através de e-mails. Assim, considerando que tudo o que se pretende é melhorar as próximas edições, manifestou total disponibilidade para se sentarem, conversarem e verem eventuais sugestões, o que considerou que já deveria ter sido feito há muito tempo. Considerou ainda já ser tempo de se acabar com eventuais suspeições que parecem ser várias vezes levantadas. ----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de parcela de terreno, à título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª / Retificação da deliberação camarária de 03/05/2016 e da Assembleia Municipal de 30/06/20»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o assunto já foi presente em anterior sessão e é relativo à desafetação do domínio público de uma parcela de cerca de 7,9 m^2, na zona da Praceta António Sérgio. Esclareceu, de seguida que houve uma incorreção na informação prestada pois foi referido que a alienação tinha sido feita apenas à Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª quando na verdade, também foi aos herdeiros de António José da Costa Mendes Pato, Maria do Céu Carvalho Bessa Mendes, Carla Alexandra Bessa Mendes André, Marco José de Bessa Mendes e Sérgio Emanuel Bessa Mendes.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio**

Público de parcela de terreno, à título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª / Retificação da deliberação camarária de 03/05/2016 e da Assembleia Municipal de 30/06/20», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa solicitou à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio que explicasse os Pontos 8 e 9 por serem de natureza idêntica.-----

------ A Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio informou então que aqueles dois Pontos têm a ver com a eventual deliberação da Assembleia do reconhecimento do Interesse Público Municipal de dois estabelecimentos industriais para que os requerentes os possam regularizar, sendo um localizado na Tocha e o outro em Febres.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1715/2016 / Ana Gomes Felício da Cruz Domingues / Rua da Praia n.º 447, no lugar de Fonte Martel / Freguesia da Tocha»:**----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1715/2016 / Ana Gomes Felício da Cruz Domingues / Rua da Praia n.º 447, no lugar de Fonte Martel / Freguesia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / processo n.º 1874/2016 / Fernando dos Santos Dias / Rua Manuel Pereira Dias, 15, no lugar de Fontinha / Freguesia de Febres»:**----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / processo n.º 1874/2016 / Fernando dos Santos Dias / Rua Manuel Pereira Dias, 15, no lugar de Fontinha / Freguesia de Febres»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / 2º aditamento ao alvará n.º 17/2007 / loteamento sito na Zona Industrial da Tocha»:**----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou da existência de um protocolo estabelecido entre a Junta da Tocha e a Câmara Municipal, que estabelece que, quando se procede à alienação daqueles lotes a Câmara Municipal recebe 60% e a Junta de Freguesia 40% e as infraestruturas ficam a cargo da Câmara. Esclareceu, de seguida que, no caso concreto houve necessidade de proceder ao aumento da capacidade construtiva dos lotes da Junta de Freguesia, ascendendo as taxas ao valor de 46.135,51 € e cuja isenção das mesmas se solicita à Assembleia.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / 2º aditamento ao alvará n.º 17/2007 / loteamento sito na Zona Industrial da Tocha»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------**Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Concessão de isenções de taxas municipais / 2.º Semestre 2016 / Para conhecimento»:**----------

------ Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que no período de 21/06/2016 a 15/11/2016 foram isentas taxas no valor total de 73.462,41 €, sendo que até àquela data o valor das isenções de taxas

concedidas em 2016, ronda os 157.000,00 €.----------

------ A Assembleia tomou conhecimento.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial»:**----------

------ Foi de novo dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que o valor a isentar à Junta de Freguesia da Sanguinheira, é de 47,55 € pela concessão daquelas licenças.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XVIII edição do Tapas e Papas - Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»:**----------

------ Falou novamente a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela realização da XVIII edição do Tapas e Papas - Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede no valor de 1.500,00 €.--

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XVIII edição do Tapas e Papas**

- **Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 20 votos a favor a 6 abstenções.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com o funcionamento do Jardim-de-Infância do Corticeiro de Cima»:**----------

------ Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que a situação tem a ver, com o facto do jardim-de-infância público estar situado em instalações pertencentes à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de cima, sendo esta a assumir as despesas com a luz e com a água. Acontece que houve uma alteração no aquecimento que passou a ser elétrico tendo havido um aumento em termos de custos, daí a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro no valor de 2.400,00 € para fazer face às despesas de água e de luz de 2016.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com o funcionamento do Jardim-de-Infância do Corticeiro de Cima»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho / Semanas Culturais»:**----------

------ Falou novamente a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que se tratam de subsídios atribuídos à União de freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à

Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia de S. Caetano, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, à Freguesia de Ançã e à Freguesia de Febres, pela realização das suas semanas culturais, tendo sido atribuído um subsídio no valor de 1.000,00 € a cada uma.----------

------- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, questionando sobre quais são os critérios que estão na origem do valor atribuído, de forma igual, a todas as Freguesias que organizam aqueles eventos.----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, reiterou as informações já prestadas sobre o assunto em anteriores sessões, nomeadamente, que as normas e os critérios estão à disposição de todos no *site* do Município, quer na área do Associativismo Cultural quer, na dos Eventos, estes subsídios têm como *plafond* máximo no valor de 1.000,00 €, desde que correspondente a 30% do valor dos orçamentos apresentados e o valor resulta ainda da análise técnica feita pelos técnicos do Município comparativamente e de acordo com os referenciais. Acrescentou que, quer este subsídio de iniciativas culturais quer outros, estão sempre sujeitos a uma análise por tipologia de evento, tal como o Ciclo de Teatro ou as Marchas Populares, entre outros, que obedece a um trabalho feito por todos os envolvidos. Relativamente aos critérios, referiu que muitas vezes são definidos nas reuniões preparatórias, pelas entidades envolvidas e perante o *plafond* que foi definido em orçamento. Recordou ainda que, a vinda daqueles subsídios à Assembleia Municipal prende-se apenas com a questão das Juntas de Freguesia poderem ou não receber aqueles subsídios pela realização daquelas iniciativas. Finalmente, informou que está sempre disponível para todo e quaisquer esclarecimentos que os Membros possam solicitar previamente a qualquer

sessão, tendo em vista a explicação da atribuição de qualquer subsídio desta natureza, às Juntas de Freguesia.----------

------- Foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou o porquê daqueles subsídios terem sido aprovados todos no final do ano, quando o habitual é serem aprovados, assim que possível, após a realização do evento e a averiguação do mesmo. Informo de seguidà que, estando envolvido nas atividades e nos eventos da Junta de Freguesia de Ançã, tem sido confrontado desde Junho, quando foi a Semana Cultural de Ançã, com alguns telefonemas de fornecedores para que a Junta pague o que deve. Acrescentou ser evidente que as Juntas têm de contabilizar no seu orçamento próprio se podem ou não fazer aquela Semana Cultural, mas também é verdade que as Juntas, normalmente, negoceiam com os fornecedores ou com os artistas contando com o valor do subsídio que habitualmente lhes é atribuído. Finalmente, concluiu que, o facto da atribuição do subsídio ser para todas as Juntas, no final do ano, tem causado algum transtorno e questionou se tal irá também acontecer no próximo ano.----------

------- Interveio o Sr. Dr. Luís Pato, o qual referiu ter procurado no *site* do Município os critérios para atribuição de subsídios, não tendo encontrado qualquer Regulamento onde os mesmos estivessem definidos. ----------

------- Interveio de novo o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu a questão do Regulamento é uma questão que se arrasta há algum tempo, sendo uma questão de de princípio e de legalidade. Acrescentou que, se por força da lei, aquelas propostas têm de ser aprovadas em sessão da Assembleia Municipal, tem de haver uma base legal, nomeadamente, um regulamento onde os critérios para atribuição dos subsídios às atividades culturais estejam subjacentes. Afirmou não querer interferir, nem se imiscuir nas competências da Câmara e não perceber qual o receio ou o impedimento

que a Câmara tem em apresentar à Assembleia, aqueles critérios, devidamente plasmados num Regulamento. Informou ainda que, a sua bancada não está contra a atribuição daqueles subsídios, mas tem dúvidas quanto aos orçamentos das várias semanas culturais que se realizam no Concelho e sobre o facto de todas receberem o mesmo subsídio. Finalmente, referiu que, a sua bancada continua a aguardar pela apresentação de um Regulamento dos Critérios da Atribuição dos Subsídios Culturais, a fim de ser discutido e aprovado na Assembleia, para depois estarem, de facto, plenamente capacitados para votar aquelas propostas.----------

-------Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que o Sr. Vereador está disponível para, em qualquer altura, dar todas as explicações necessárias a quem as pretender, sendo certo que não há qualquer Regulamento sobre o assunto, mas si, um conjunto de critérios. De seguida informou que é o Executivo que decide qual o montante máximo a atribuir e, depois cada Freguesia entende realiza-la como bem entender.----------

-------Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual sobre o assunto referiu que, nenhum Presidente de Junta se queixou da verba atribuída e que, se há um teto máximo e se é esse o critério, não há necessidade nenhuma para a Bancada do PS continuar a bater na mesma tecla. Referiu que apesar da Semana Cultural de Ançã ter tido 8 dias e a da Sanguinheira 3 ou 4 dias, não se consegue medir, por exemplo, a participação da população ou a envolvência de cada comunidade. Referiu como exemplo que apesar da Semana Cultural da Sanguinheira ser das mais pequenas, este ano na caminhada e na corrida das duas léguas gandaresas, participaram mais de 500 pessoas, que não eram só da freguesia.----------

-------O Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, afirmou que falou do assunto em causa no local certo e que não pretende trazê-lo à Assembleia

pois concorda que o Sr. Presidente da Câmara Municipal atribua uma verba, a partir da qual cada Junta faz o que bem entender, estando em causa sim o pagamento atrasado.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual afirmou que poderia ter outro entendimento e apenas definir critérios para a atribuição do referido subsídio, mas nesse caso estaria a imiscuir-se nas decisões do Executivo da Junta de Freguesia, que melhor que ninguém sabe aquilo que a população quer. Assim, considerando que não o pode fazer, entende que deve atribuir uma verba a cada freguesia, no montante máximo de 1.000,00 €, com a qual cada Junta faz o seu planeamento devendo ter cuidado com as contratações que faz para ter os valores e orçamento para tal. ----------

------ O Sr. Prof. Abel Carapêto concluiu desta última intervenção que não há qualquer critério, apenas uma opção, atribuir 1.000,00 € a cada Freguesia que organiza o evento, pelo que, assim sendo sugeriu o aumento daquele valor.----------

------ Interveio de novo o Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, o qual esclareceu que as Semanas culturais, à semelhança de outros eventos culturais, têm um conjunto de itens pelos quais os serviços técnicos se guiam para fazer a avaliação do evento. Por outro lado está definido que, para as Semanas Culturais e de acordo com o orçamento do executivo, aquele montante máximo é atribuído desde que represente 30% do orçamento apresentado e comprovado pelas Juntas de Freguesias. Explicou que são três os motivos para que tal aconteça: - As Semanas Culturais são da única e exclusiva responsabilidade das Juntas de Freguesias, as quais é que sabem o que querem fazer e como o querem fazer, tendo o Município apenas um papel subsidiário, indicando antes de qualquer iniciativa o valor máximo que poderá comparticipar; - Há reuniões prévias para que todos saibam as regras com que se devem reger, sabendo

de antemão aquilo com o que podem contar; - As contas são feitas com base nos relatórios de contas apresentados, os quais devem trazer tudo especificado. Informou ainda que estes procedimentos são idênticos quer sejam as Juntas, quer sejam outras Coletividades que organizem a Semana Cultural, à semelhança do que já explicou para o Ciclo de Teatro ou para as Marchas Populares. Reiterou a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos e voltou a referir que há critérios e normas pelos quais se tem pautado sempre na atribuição dos subsídios, os quais podem ser consultados no *site* do Município. Informou que também lá constam todos os subsídios atribuídos por ano, a todas as instituições, os quais poderão ser consultados e equiparados. Voltou, finalmente, a afirmar a sua disponibilidade para apresentar todos os documentos que serviram de base para a atribuição daqueles subsídios. ----------

------- O Sr. Dr. Luís Pato voltou a referir que, já procurou essa informação no *site* do Município, não a tendo encontrado e que não pode votar de livre consciência numa atribuição de um subsídio sem saber o que é que norteia aquela decisão.----------

------ Interveio, finalmente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, informou que se pesquisar com a palavra "critério" a única resposta que o portal nos dá em documentos é: "Critérios e Procedimentos para atribuição de subsídios."----------

------- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho / Semanas Culturais»,** tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 20 votos a favor e 5 abstenções.----------

------ Após a votação, o Sr. Dr. Luís Pato, apesentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da bancada do PS do seguinte teor: "*Há anos que a bancada do PS na Assembleia Municipal, solicita à vereação da cultura um Regulamento*

aprovado onde estejam plasmados de uma forma objetiva os critérios para a atribuição de subsídios pontuais a eventos culturais. Jamais a bancada do PS estará contra a realização de eventos desta natureza. O que está aqui em causa é a imperiosa necessidade de haver transparência num processo que nos afeta a todos enquanto cidadãos deste concelho. Para além deste aspeto, acresce-se ainda o facto de na base deste pedido da bancada do PS estar uma das competências que decorre das recentes competências atribuídas à Assembleia Municipal, a aprovação prévia, em sede de Assembleia, de critérios para a atribuição de subsídios a iniciativas culturais. Ora, há aqui uma responsabilidade, não só da bancada do PS como das restantes bancadas onde se exclui o executivo, que não está a ser cumprida, com responsabilidade e rigor, devido à falta de um documento desta natureza. Por isso, a bancada do PS vota Abstenção nos pontos supracitados."----------

------ Também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: "*A bancada do PSD reconhece a política do Município de Cantanhede de apoio ao associativismo e particularmente de apoio ao associativismo cultural. Não compactuamos com a desinformação que pretende fazer crer na inexistência de critérios. Dizer que não há critérios é esquecer: 1) o trabalho das associações e Juntas que reúnem com o Município e acordam as matrizes a seguir; 2) fazer um ataque injusto e pessoal ao Sr. Vereador da Cultura, já que o mesmo sempre se dispôs a mostrar os referidos critérios (por um lado) e ninguém fala ou questiona os subsídios de outras áreas (por outro) sendo que os modos de atribuição são idênticos; 3) no portal do Município, pesquisando por Critérios surge de imediato a respetiva matriz, na seção "Documentos"; 4) também o Plano Municipal da Cultura refere exaustivamente a matriz de critérios seguidos; 5) todos os subsídios*

vão a reunião de Câmara, cujas atas são públicas e publicadas online, sendo ainda divulgadas na comunicação social, quando tal se justifica; 6) transparência, rigor e isenção sempre nortearam a relação do executivo municipal com Juntas e Associações; 7) as Juntas não têm qualquer tratamento diferenciado, recebendo o mesmo que qualquer Associação que realize atividade idêntica e nos mesmos moldes; 8) nos inquéritos realizados, as Associações têm ratificado e concordado com a política seguida; 9) a competência da atribuição de subsídios é inquestionavelmente da Câmara e não da Assembleia Municipal; 10) no caso concreto das Semanas Culturais refere-se expressamente que o valor máximo a considerar é 1.000.00€. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal vota favoravelmente todas as atribuições de subsídios propostas."----------

------- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Proposta de celebração de parcerias com entidades para a gestão das atividades de animação e apoio à família para a educação pré-escolar nos jardins-de-infância do Concelho / Ano letivo 2016/2017 / Retificação de valores / Freguesia de Sepins e Bolho / Para conhecimento»:**----------

------- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual informou que se trata apenas de uma retificação dos valores das atividades de animação e apoio à família para a educação pré-escolar nos jardins-de-infância de Sepins e Bolho, no caso, atribuídos à União de Freguesias de Sepins e Bolho à semelhança do que acontece com muitas instituições, porque há alunos que desistem e outros que entram por transferência.----------

------- A Assembleia tomou conhecimento.----------

------- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com**

as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2017 / Requalificação Urbana nas Freguesias»:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que se tratam dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia que decorrem da Lei. Recordou ainda que se tratam de vários tipos de obras que as Juntas de Freguesia se propõem realizar diferentes de outro tipo de obra que a Câmara faz diretamente ou subsidia. Acrescentou que o valor total é de 359.168,00 € para o ano de 2017.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2017 / Requalificação Urbana nas Freguesias»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo do Contrato de Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a EDP Distribuição – Energia, S.A.»:**----------

------ Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses estabeleceu com a EDP Distribuição, um protocolo que tem que ser submetido às Câmaras Municipais e ser assinado. Acrescentou que o mesmo já foi aprovado pela Câmara e agora necessita também da aprovação da Assembleia. Informou ainda que, decorrente daquele Protocolo, a EDP irá proceder, previsivelmente até 2021, à substituição de todas as lâmpadas de mercúrio existentes por lâmpadas LEDS, sem

quaisquer encargos para a Câmara. Explicou ainda que as lâmpadas de vapor de sódio continuarão a existir, mas também serão substituídas, à medida que se forem avariando.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo do Contrato de Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a EDP Distribuição – Energia, S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para "Construção/Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada"»:**----------

------ Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, se trata da assunção dos compromissos da empreitada de "Construção/Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada", por serem plurianuais. De seguida informou que, a despesa com a obra, que está financiada numa parte, atinge um valor 990.560,00 € + IVA, tem um prazo de execução de 270 dias, incluindo sábados, domingos e feriados e está sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas. Acrescentou que 518.861,89 € + IVA estão afetos ao ano de 2017, e 471.698,11 € + IVA ao ano de 2018. Esclareceu ainda que, aquele valor se refere essencialmente às necessidades básicas para tornar a EB 2,3 funcional, pois seria necessário muito mais. Recordou também que a Secundária necessita de obras e que, quer num caso como no outro, aquelas obras não são da competência municipal. Informou que, o Senhor Presidente da Câmara,

Dr. João Moura, em reunião com a Senhora Secretária de Estado, entendeu avançar com aquelas obras, com os capitais próprios do Município, sendo que o Governo pagará ao Município em 2017 e em 2018 o que era da sua própria competência. Informou, finalmente, que serão executados sobretudo trabalhos relacionados com a parte da energia, vidros e paredes, pois a escola está mesmo em condições muito, precárias, tal como acontece também na secundária.----------

------O Sr. Presidente da mesa deu de seguida a palavra à Sr.ª Dr.ª Maria Manuel Fael, a qual após cumprimentar todos os presentes, manifestou o seu desagrado e a sua desilusão, por não ver inscrito neste mesmo ponto não só a Escola Básica Marques de Marialva de Cantanhede, mas também a Escola Secundária Lima de Faria, que continua a ser a única Escola Secundária Pública do concelho, bem como a esperança que isso ainda aconteça. De seguida descreveu todas as iniciativas levadas a efeito a propósito da necessidade de intervenção, quer na EB 2,3 quer, na Secundária desde 2008, nas quais participou também enquanto elemento da Associação de Pais da EB 2,3. Referiu que recentemente, foi-lhe comunicado que a Secretaria de Estado permitiu desbloquear verbas do Orçamento de Estado para fazer face aos 15% da contrapartida pública nacional exigidos, para aceder às verbas do Fundo Social Europeu pelo que questionou para quando as necessárias obras na Secundária, uma vez que o Executivo Camarário sempre esteve ao lado das duas Escolas naquela luta pela requalificação dos edifícios, que já decorre há mais de uma década. Acrescentou que não podem desistir de lutar para que os alunos que frequentam a EB Marquês de Marialva e a única Escola Secundária pública do concelho, possam ter as melhores condições para desenvolver o seu trabalho diário, sem as temperaturas negativas que se fazem sentir no inverno e os piques de calor no verão. Assim, voltou a questionar para quando a requalificação da Secundária, mas

uma requalificação digna, tendo em conta que a verba que foi dada para a EB 2,3, quando muito, vai dar talvez para substituir as janelas e pouco mais.----------

------ Interveio também o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual referiu relativamente à EB2,3 que, de facto é uma longa história que remonta a 2005 e que, atualmente aquela tem mais de 30 anos, foi construída para 200 alunos e tem mais de 800 e é a sede de um agrupamento com 1800 alunos. De seguida informou que a EB 2,3 não tem isolamento térmico, muitas janelas são largas e têm vidro simples. Referiu falar com conhecimento de causa porque foi durante anos Presidente da Associação de Pais e também Presidente da Assembleia Geral da EB 2,3. Recordou testemunhos de alguns alunos em 2005 que diziam que nas salas o frio era tanto que mal se conseguia escrever, na maior parte dos dias estava-se melhor na rua do que dentro das salas. Para além disso, havia infiltração de água, salas sem aquecimento, faltas de borrachas vedantes nos vidros, o piso nos dias chuvosos não é antiderrapante, a instalação elétrica esta decadente. Também ele descreveu todas as intenções que existiram, desde aquela altura, por parte do então Governo PS e que não se concretizaram e demonstrou o seu agrado por finalmente o Governo ir dar início àquelas obras apesar de pedir 7,5% da comparticipação nacional, o que considera uma grande insensibilidade por parte do PS. De seguida testemunhou que, efetivamente, desde 2005 o Município sempre esteve disponível para esta causa, fazendo projetos e envolvendo todas as pessoas, quer a Associação de Pais, quer a Direção da Escola. Informou ainda que a Direção da Escola EB 2,3 tem tentado minimizar o estado em que a Escola chegou, mas procedendo a remendos e não fazendo o que era necessário. Finalmente demonstrou o seu agrado por saber que as obras vão para a frente e referiu que não pode, de maneira nenhuma, aceitar que se

possa dizer que existe um Governo Socialista que tem a sensibilidade para resolver os problemas.----------

------ Falou ainda o Sr. Dr. Luís Pato, o qual lamentou que as Escolas estejam naquelas situações e criticou o enfoque sempre no PS, quando o PSD também esteve no Governo e nada fez.----------

------ Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que a questão das obras da requalificação da Escola não é uma questão partidária, mas sim uma questão que os deve unir a todos, independentemente, da orientação politica. Acrescentou que, todos independentemente da sua orientação ideológica, devem-se unir e estar ao lado da Câmara, apoiando todos os seus esforços naquele sentido. Assim referiu que, a bancada do PS, na parte que lhe compete, irá fazer os possíveis para que a situação seja resolvida por outras vias, porque de facto, não se podem calar perante aquela situação. Finalmente, acreditando que as obras que se avizinham não irão resolver todos os problemas existentes, acrescentou que devem continuar a lutar para que a situação melhore.----------

------ Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que relativamente à Secundária, ficou acordado com a Senhora Secretária de Estado, que para o ano seria disponibilizada, em termos orçamentais, a verba necessária para fazer a intervenção naquela Escola. De seguida explicou que, o Governo não decidiu fazer a intervenção na EB 2,3 porque constava sim do pacto da CIM, no mapeamento que foi feito com o Município de Cantanhede e que incluiu a Secundária e a EB 2,3, nomeadamente, as obras a serem executadas, obras essas que não são da tutela do Município de Cantanhede. Acrescentou que, para além do esforço efetuado nas escolas do 1º Ciclo, os 19 Municípios, acordaram também colocar verbas para aqueles equipamentos que não são da sua responsabilidade.

Entendeu-se que, não se podia perpetuar a situação que vivia a EB 2,3 bem como a Secundária, apesar de se defender que as obras e o esforço financeiro tinham de ser feitos pelo Governo no que toca àqueles estabelecimentos escolares. Assim esclareceu que, quando foi pedido á Senhora Secretária de Estado para definitivamente avançar com aquelas obras, ela disse de forma transparente que, "naquele momento, não tinha orçamento" e só conseguia fazê-lo se o Município lhe desse uma ajuda. Foi então acordado um plano para no próximo ano fazer o encerramento daquelas obras. De seguida questionou sobre o porquê daquela intervenção apenas ser efetuada na 4.ª fase uma vez que, aquelas escolas estavam sinalizadas pelas próprias Diretoras Regionais da Educação e eram as mais antigas e obsoletas em termos de condições conferidas aos alunos naquele ambiente escolar. Recordou de seguida toda a evolução desde 2008 até 2011, altura em que a Comissão Europeia deu as ordens inversas porque não havia dinheiro. Finalmente referiu que, nos quatro anos seguintes, o Governo do PSD não podia fazer investimento, porque esteve a arrumar a casa dos desvarios dos Governos que existiram anteriormente e concluiu que houve efetivamente uma motivação política, pois noutros locais onde não era necessária ou não era tão premente, a intervenção foi feita e em Cantanhede não. ------- Finalmente interveio o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, concluindo que, contra factos não há argumentos e informando que, também ele pertenceu à Associação de Pais da EB 2, 3 e recorda-se que, na mesma altura, ficaram escandalizados quando a Escola Secundária Dona Maria em Coimbra, foi intervencionada duas vezes, tendo a primeira intervenção sido uma intervenção profunda e a segunda para aplicar ar condicionado.----------

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia**

Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para "Construção/Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada"», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

-------Após a votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: "*Ao aprovar a assunção de compromissos plurianuais para a requalificação da Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva, a Assembleia Municipal ratifica a política de aposta e investimento na educação por parte do Município de Cantanhede, que se tem traduzido na valorização de diversas infraestruturas e equipamentos, com destaque para a construção dos novos Centros Escolares de Ançã, Cadima e Cantanhede, e para a requalificação da EB1 Cantanhede Sul. Apesar de a Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva estar sob responsabilidade do Ministério da Educação, a Câmara Municipal decidiu viabilizar a realização da obra (que terá uma comparticipação de 700 mil euros da União Europeia) ao elegê-la para financiamento no quadro do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM - Região de Coimbra e aceitando avançar por antecipação com os 50% da comparticipação nacional que são da responsabilidade do Governo. Desde 2007 que o executivo municipal liderado por João Moura insistiu junto do Ministério da Educação dos sucessivos governos, reafirmando o carácter urgente e inadiável da requalificação das instalações, não só da Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva, mas também da Escola Secundária de Cantanhede, de modo a ser criado um grande campus educativo devidamente qualificado ao nível das instalações e com todos os graus de ensino integrados, incluindo o recentemente inaugurado Centro Escolar de Cantanhede. Apesar disso e até ao momento, apenas foi possível*

contratualizar a comparticipação comunitária para a intervenção na Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva, enquanto a Escola Secundária de Cantanhede continua a aguardar as tão desejadas obras. Enquanto o aproveitamento político levou alguns a apregoar que o governo deu prioridade à resolução das obras necessárias e urgentes de modo a dar melhores condições a toda a comunidade escolar, verifica-se afinal que tais obras só não são mais uma vez adiadas, porque vão ser alavancadas pelo Município de Cantanhede. É então caso para afirmar que afinal é esta Câmara que possui a sensibilidade certa para resolver os problemas da educação. E pelo exposto a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede está solidária com a política de educação do Município e vota favoravelmente a assunção de compromissos plurianuais para a requalificação da Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva."----------

------**Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento»:**------

------ O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual de acordo com o que foi deliberado na sessão de 11/12/2015, informou que foram celebrados contratos, entre 1 de setembro e 15 de novembro de 2016, nomeadamente, contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro do fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e contratos de serviços técnicos de docência na área de desporto. ----------

------ A Assembleia tomou conhecimento.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos**

plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»:----------

------ Foi, de novo, dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou tratar-se da autorização prévia estipulada por lei, na Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, para que a Câmara possa desenvolver aquisições com o compromisso de trazer a lista das mesmas à Assembleia, tal como aconteceu no ponto anterior.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da 5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2016»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que a quinta Revisão ao Orçamento proveio essencialmente do facto dos Contratos Programa da INOVA serem plurianuais.------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da 5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2016»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»:**----------

------ Interveio, de novo, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou não ser propriamente este relatório que irá identificar corretamente o Plano de Saneamento para o ano de 2016, mas sim a Prestação de Contas que aí irá fazer a análise anual do Relatório de Saneamento Financeiro. Informou ainda que o Relatório é apresentado com base em duodécimos, como é referido no mesmo e que de sua análise se pode concluir que se estão a cumprir largamente todas as imposições legais, o que pode ser verificado através do limite do endividamento liquido e do endividamento a médio e longo prazo.----------

------ Não havendo mais pedido de intervenção, o Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, na ausência do Senhor Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2017»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que o Mapa de Pessoal apresentado decorre da análise das necessidades do Município, mas também das possibilidades legais. De seguida informou que conta com 230 postos ocupados e 24 propostas de recrutamento por tempo indeterminado, dos quais 11 são para Dirigentes, no âmbito da reorganização dos Serviços Municipais. Esclareceu de seguida que, como os concursos para as Chefias já decorreram, e os que foram selecionados são todos funcionários do Município, sendo que nalguns casos não houve concorrentes externos apesar dos concurso serem públicos, esses 11 lugares

são logo retirados. Acrescentou que se está a propor ainda um lugar de Fiscal Municipal de 1ª Classe, um Encarregado de Pessoal Operário, 6 Assistentes Operacionais nas áreas profissionais de Motoristas de Pesados, Calceteiro, Mecânico, Auxiliar de Serviços Gerais e 2 Auxiliares Administrativos, 5 Assistentes Operacionais na Área de Ação Educativa. Referiu a preocupação com a impossibilidade de, nos últimos tempos, de poder proporcionar a muitos prestadores de serviço a possibilidade se candidatarem à abertura de alguns concursos que a Câmara pudesse fazer e que, no ano anterior, já houve alguma abertura em se conseguir colocar no quadro trabalhadores nas áreas dos Assistentes Operacionais, nomeadamente, na limpeza, na carpintaria, na área administrativa e na área da educação. Informou ainda que, no próximo ano se pretende solicitar ao Senhor Ministro a autorização para abrir mais concurso para estas áreas, que têm sido muito carenciadas, no sentido de, não só fortalecer as equipas, mas também poder proporcionar aos funcionários da casa o desempenhar de funções para as quais têm competência e que estão em situação de insegurança. Falou anda da esperança que, conforme já foi aflorado em algumas comunicações pelo Senhor Primeiro Ministro, no próximo ano, possa haver alguma possibilidade para os prestadores de serviço, o que tornaria as equipas mais fortalecidas e coesas e os trabalhadores com mais ânimo e segurança nas atividades que desempenham.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato, o qual afirmou que são situações transversais a toda a Função Pública e que, em muitos serviços se recorre à mobilidade intercarreiras que permite 18 meses de reintegração profissional, sugerindo que também a Câmara Municipal de Cantanhede, nomeadamente, na questão dos Técnicos Superiores e outros, recorresse àquela figura que permitiria um

melhor conforto financeiro ao funcionário, bem como 18 meses de integração em termos de funções.----------

------- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio que a Câmara Municipal já tem funcionários em mobilidade intercarreiras, nomeadamente, assistentes operacionais que estão como Assistentes Técnicos e Assistentes Técnicos que já estão como Técnicos Superiores. Acrescentou que o período de 18 meses, tem tido a possibilidade de ser renovado por autorizações previstas nos Orçamentos de Estado, e que o Município tem aproveitado todas as possibilidades colocadas ao seu dispor. ----------

------- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2017»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------- **Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2017»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual com o auxílio de uma projeção fez o enquadramento legal da apresentação do Orçamento para 2017 e informou que vai haver algum atraso na alteração no sistema contabilístico, previso para funcionar a partir de 1 de janeiro de 2017. Informou que o Executivo continua empenhado em fortalecer a situação financeira do Município, tentando procurar outros tipos de opções de financiamentos de fundos comunitários. Acrescentou que o orçamento apresentado aumentou em relação ao ano anterior, devendo-se, essencialmente, aos projetos aprovados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para a Cidade

de Cantanhede e do Pacto de Desenvolvimento de Coesão Territorial relativo às obras da EB 2,3. Referiu-se ao IMI como sendo uma das fontes importantes da Receita Municipal recordou a redução gradual aprovada pela Assembleia, a aplicação da redução para as famílias de 20,00 €, 40,00 € e 70,00 € conforme o número de 1, 2 e 3 ou mais dependentes. Informou de seguida que os documentos previsionais, preveem a execução dos investimentos já referidos no valor de cerca de sete milhões e meio de euros em 2017 e 2018, nomeadamente, com o PEDU para a área da cooperação da cidade de Cantanhede mas apenas para fazer reconstrução: A rede ciclável urbana de Cantanhede, a reabilitação da Casa Três Marias, uma casa adquirida junto à atual ETPC, a reabilitação da antiga Escola Primária de Cantanhede junto ao Parque, a reabilitação da Casa da Cultura e da ex-ETPC, a reabilitação do Mercado de Cantanhede, a requalificação da Rua D. Afonso Henriques em Cantanhede, a requalificação da Rua Principal que vem dos Bombeiros até à Câmara e a requalificação da Rua Marquês de Pombal, na questão do escoamento das águas pluviais e de saneamento para minimizar os cheiros que surgem em Cantanhede, a requalificação do Bairro Vicentino, quer na parte do edificada, quer no espaço público. Informou ainda sobre um projeto de reabilitação de habitação social, no qual a Câmara faria o projeto e as famílias seriam realojadas à medida que as casas fossem sendo construídas de raiz, o que, nos termos do PEDU, não é possível. Neste caso serão encetadas negociações com as Conferencias de S. Vicente de Paulo, uma vez que as propriedades são deles, para proceder à reabilitação das construções existentes, dando assim condições de qualidade as pessoas porque há lá casas em situação muito difícil. Acrescentou que será uma fase muito importante para o Concelho e para a cidade, pois conseguirá mudar muito da sua estrutura em termos de equipamentos e também de imagem. Referiu ainda o pacto de desenvolvimento formalizado para a

EB2,3 Marquês de Marialva e a reabilitação da EB1 Sul que já arrancou, bem como a intenção de melhorar os antigos Centros Escolares. No que toca à modernização administrativa do Município informou que foi conseguida uma verba substancial para modernizar toda a estrutura informática da Câmara. Informou ainda que, que os serviços, já anularam praticamente o papel e já trabalham com o MYDOC, um novo sistema em que tudo é digitalizado é informatizado, prevendo-se também que se comece com a desmaterialização das faturas por forma a agilizar os processos e a reduzir o papel. Informou de seguida que o Orçamento é superior ao do ano de 2016, tendo o valor de 25.203.213,00 € e que a receita corrente, sendo superior à receita de capital, irá provocar poupança, investimento e obras. De seguida fez uma breve análise sobre a despesa corrente e de capital e os valores de maior referencia, tais como os impostos e as transferências de capital, entre outros, destacando as questões das funções gerais, sociais, económicas, entre outras habituais nos últimos anos.----------

------ Interveio o Sr. Manuel Augusto dos Santos que afirmou ser um bom Orçamento e realçou os seguintes factos: - A Câmara consegue uma poupança de 19,23%; - As despesas com o pessoal representam apenas 20,95% do Orçamento; - Os gastos com as funções sociais da Câmara ultrapassam os 52,17%, demonstrando a sensibilidade do Executivo para o bem-estar da população do concelho; - Os compromissos assumidos para os anos seguintes são poucos maiores do que um orçamento de um ano. Finalizou dando os parabéns ao Executivo pelo Orçamento apresentado.----------

------ Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano**

do Município de Cantanhede para o ano de 2017», tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 16 votos a favor e 5 votos contra.----------

-------Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos, apesentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da bancada do PS do seguinte teor: *"Uma vez mais os membros da Assembleia Municipal e os vereadores do PS não foram convocados em tempo útil a consultar e participar na proposta do Orçamento Municipal e as GOP para o ano de 2017 não cumprindo com o estabelecido pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que regula o direito de oposição, concretamente no n.º 2 do seu artigo 4º. Apenas os projetos de Orçamento e das Opções do Plano para 2017 nos foram remetidos antes da sessão desta Assembleia para serem aprovados. Algumas considerações: - O Orçamento proposto para 2017 prevê um acréscimo de 2,5M€ relativamente a 2016. Sabendo que a elaboração dos orçamentos anuais é decorrente das decisões estratégicas e políticas e apenas operacionaliza as mesmas para o próximo ano, importa sobretudo analisar a proposta apresentada à discussão e votação para as GOP para o próximo quadriénio: - Continuamos a denunciar um fraco investimento para as funções económicas onde atividades importantes para o concelho como o Turismo tem destinados apenas 0,22% do Orçamento. Qual a estratégia para a promoção do Turismo no concelho? E concretamente na Praia da Tocha? Não vislumbramos no orçamento medidas especificas quantificadas de apoio direto às empresas com implicação na criação de emprego e consequente fixação de pessoas apesar de receita prevista da derrama no montante de cerca de 727 mil euros. Num Município com extensa área agrícola, é inadmissível a falta de sensibilidade política para este sector. A agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca ainda perdeu em relação ao ano passado. Agora tem 1,00€. Assim a Câmara assume a falta de ideias nas suas Grandes Opções do Plano para este setor com uma dotação orçamental de*

1 euro, apenas para ter a rubrica aberta. Consideramos que uma mais a Câmara não é clara quanto a uma estratégia de investimento no BIOCANT em que detém 99,93% do capital, prevendo apenas a transferência de 150.000,00€ para o Centro de NEUROCIENCIAS. Quanto será mais no decorrer do ano? Continuamos sem conhecer minimamente as contas da EXPOFACIC. Denunciamos que o investimento previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que se financia no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, apenas contempla obras na cidade de Cantanhede, deixando de fora todas as outras freguesias do concelho. Este é um orçamento amorfo, de um executivo sem ideias, cansado, parado no tempo e desgastado…. Falta-lhe energia e ambição para projetar o concelho de Cantanhede no panorama Nacional. Demonstração disso é o facto de as obras de maior serem financiadas pelo apoio comunitário e a segunda rubrica mais pesada, com 2,6M€ (21% das GOP) a estarem destinados para passeios e valetas. De fato este orçamento para 2017 e sobretudo as opções estratégicas apresentadas nas GOP para o próximo quadriénio, não refletem no nosso entender, as devidas prioridades do Município e dos Munícipes de Cantanhede. Pelas razões acima expostas os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, votaram contra as propostas apresentadas para o orçamento e as GOP para 2017."----------

------ Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto apresentada pela bancada do PSD, do seguinte teor: "*A elaboração e execução de documentos previsionais é um exercício complexo e desafiante, cuja maior dificuldade é garantir com rigor técnico e seriedade que as obras e projetos propostos são exequíveis, tanto do ponto de vistas da dotação, como do prazo. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo executivo de João Moura para 2017 são documentos estratégicos*

que procuram ir de encontro aos interesses e necessidades dos habitantes deste nosso Município de Cantanhede, com base numa ampla e diversa matriz de critérios e variáveis, simultaneamente capazes de garantir a coerência e equidade que são devidas à população e às freguesias, mas também capazes de manter o rumo de responsabilidade, progresso e desenvolvimento que tem pautado as opções da Câmara Municipal ao longo dos últimos anos. Responsabilidade, infelizmente não é o que temos mais uma vez da parte do Partido Socialista de Cantanhede. Na prática, fazem-se reparos inconsequentes sobre rubricas com baixa dotação orçamental, como o turismo, o emprego e a agricultura que parte dessas rubricas estão abertas com baixos valores para garantir a execução das candidaturas a fundos comunitários e que em muitos desses casos enunciados, as verbas são bastante superiores ao especificado, porque se encontram dispersas por várias rubricas. Por exemplo, na declaração de voto apresentada na reunião de Câmara perguntaram pelas contas da INOVA, mas esqueceram-se que votam anualmente o Relatório e Contas daquela empresa municipal e que uns instantes antes tinham votado a favor da aprovação do Orçamento e Plano de Atividades da mesma. Será que não sabem o que votam? Outro exemplo do desnorte é referir que só há obras na cidade de Cantanhede, demonstrando que o pior cego é o que não quer ver, já que momentos antes foi feita uma apresentação de diapositivos onde foram enunciadas as obras a realizar em todas as 14 freguesias. Quanto ao mais, a posição assumida pelos deputados do PS reincide na posição de quem não tem a responsabilidade de responder pelas contas da instituição e pelo seu equilíbrio financeiro, propondo despesas que possam merecer os favores da opinião pública sem cuidar de saber a origem dos recursos para os pagar. Ora, tendo em conta que os recursos são por natureza escassos, há limites para a perspetiva de arrecadação de receita, pelo que o mínimo exigível a

quem adota tal postura é que, face aos custos daquilo que propõe, enunciasse que projetos deixaria cair ou que impostos aumentaria para tornar o orçamento exequível. Ora o que tem sido sucessiva e irresponsavelmente proposto é a baixa de receitas e o aumento da despesa. É pena, que resistam a reconhecer qualquer virtude na proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Atividades do Município de Cantanhede para 2017, até porque este é um exercício de previsão económica baseada em cenários plausíveis, quer quanto à arrecadação de receita, quer no que diz respeito à realização de despesa, concorrendo assim para um maior rigor no controlo orçamental, no planeamento dos investimentos e na prestação de serviços essenciais à comunidade. O que se perspetiva é, numa lógica de equilíbrio, a aposta em políticas destinadas a aumentar a competitividade do concelho, através da dinamização da base económica e do reforço da coesão territorial ao nível das infraestruturas, ordenamento do território, ambiente e equipamentos coletivos, sendo de destacar os seguintes aspetos: O orçamento tem um valor global a rondar os 25 milhões de euros, com realce para o crescimento da despesa de capital (ou seja, investimentos) em 16%, sendo o seu valor mais do dobro da despesa corrente estimada (7,6%); A despesa com funções sociais ascende a mais de 6,5 milhões de euros, funções essas indispensáveis à qualidade de vida dos cidadãos e particularmente dos mais carenciados; A lista de investimentos é seletiva e regista uma forte incidência de projetos que já foram aprovados no âmbito de programas de apoio comunitário do Portugal 2020, mas que exigem da parte do Município um esforço financeiro capaz de assegurar a sua quota-parte nos investimentos comparticipados, obrigando à existência de recursos próprios para fazer face a essas despesas; Dos investimentos com financiamento aprovado pelo Portugal 2020, salientam-se os que dizem respeito ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

(PEDU), cujos eixos prioritários são a mobilidade sustentável, a reabilitação urbana e a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas; Obras estruturantes são também as relativas à requalificação da Escola EB1/Jardim de Infância Cantanhede Sul e Escola Básica 2,3 Marquês de Marialva, ambas também com comparticipação comunitária já contratualizada, sendo que esta última é propriedade e responsabilidade do Governo Central, embora a Câmara Municipal tenha decidido viabilizar a sua requalificação, ao elegê-la para financiamento; Finalmente, justifica-se uma referência a várias outras obras de relevo previstas no Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente na rede viária e na qualificação dos fatores de atracão de investimento industrial, um pouco por todo o concelho e nas suas 14 freguesias. Para conhecer estas obras é preciso circular pelo concelho e sair da cidade-sede. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017."----------

------ **Passou-se de seguida ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação do Memorando de Entendimento a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Universidade de Coimbra»:**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após agradecer a disponibilidade da Mesa das duas Bancadas para a possibilidade da inclusão do assunto em causa na agenda de trabalhos. Referiu, tratar-se de um processo que tem vindo a ser discutido com a Universidade de Coimbra ao mais alto nível, com o Senhor Reitor e o Vice-Reitor responsável pela parte da inovação e, de seguida, procedeu a uma explicação exaustiva do documento em causa e das suas implicações para o Biocant Park e para a economia do Concelho. Basicamente explicou que: - Não estando a Câmara Municipal preparada para

assumir a gestão da inovação tecnológica e do ecossistema científico, a Universidade, melhor que ninguém será a entidade que poderá e estará em melhores condições para fazer a gestão daquele ecossistema; - A Associação Beira Atlântico Park assumira a gestão daquele espaço, na parte da eletricidade, no cuidado das zonas verdes, na parte da informática e a Câmara Municipal assumira o pagamento da dívida relativa aos 3 edifícios existentes e ao quarto edifício projetado, ficando assim com todos os ativos imobiliários: - Que se prevê a inauguração do novo edifício em março, existindo já meia dúzia de empresas a querer ocupar 50% daquele espaço, das quais duas são brasileiras; - O Município, por si só, tem muito mais dificuldade em atrair investimento pelo que, se funcionar em rede com a Universidade de Coimbra, que tem o seu peso a nível nacional e internacional, terá muito mais essa possibilidade; - Num segundo momento serão celebrados contratos entre o Biocant e o Centro de Neurociências e que, juntamente com a Universidade de Coimbra, estarão reunidas as condições para uma segunda fase, nomeadamente, a atração de investimento; - No dia 21 de dezembro o documento será presente à Assembleia Geral do Centro de Neurociências onde, acredita que será ele também aprovado; - Será atribuído um subsídio anual de 190.000,00 € ao Centro de Neurociências destinado a toda a componente das plataformas tecnológicas, dos recursos humanos e à manutenção dos equipamentos e dos consumíveis, valor que, comparado com o histórico existente é inferior ao que realmente é gasto; - A fase seguinte que é a fase da internacionalização e da atração de mais empresas, continuando a projetar o Biocant Park na sua função pretendido, fixar quadros qualificados e contribuir para a economia regional e nacional; - A possibilidade de também a Universidade de Aveiro se associar ao projeto; Finalizou dizendo que continua a ser um desafio e o Município quer estar

ao lado do Biocant Park e potenciar a utilização desta marca com um parceiro que considera credível e idóneo.----------

------ Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato, o qual afirmou que, segundo ele, o que está em causa é a sobrevivência daquele espaço, bastando ver cronologicamente os investimentos avultados que a Câmara Municipal tem feito. De seguida referindo-se ao ponto 2 do Memorando em causa que refere que "*A UC/CMC terá igualmente a licença de utilização exclusiva da marca BIOCANT*" afirmou que não será o Biocant a levar a Universidade, mas sim a Universidade a levar o Biocant. Afirmou ainda compreender que seja necessário fazer aquelas sinergias, pois é uma realidade que acontece no próprio Politécnico de Coimbra com várias parcerias e que funciona em rede, com o Politécnico de Leiria, de Viseu, de Castelo Branco e da Guarda. Assim, considerou que há que haver algum cuidado, pois a marca Biocant poderá ficar num segundo ou até num terceiro plano.----------

------ Interveio, de seguida, a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual considerou o Memorando em causa é uma mais-valia para o concelho e para promover Cantanhede quer a nível nacional quer a nível internacional. Considerou ainda ser uma oportunidade para Cantanhede, tal como também é uma oportunidade para a Universidade se abrir à modernização e à inovação. Finalmente referindo-se aos 190.000,00 € anuais que o Município vai pagar, questionou sobre os subsídios habitualmente atribuídos, se irão manter-se ou se haverá alguma alteração.----------

------ Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual referiu que, como tem sido hábito a Bancada do PSD está, naturalmente, ao lado do Executivo na tomada das suas opções relativas ao Biocant porque realmente é uma mais-valia para o concelho de Cantanhede e para a sua promoção. Relativamente aos vários desafios referidos pelo Sr. Presidente da

Câmara, Dr. João Moura, acredita que sendo ele profundo conhecedor da área da inovação e da ciência, tudo irá correr pelo melhor e a Biocant continuará a desenvolver e a levar o nome de Cantanhede mais longe. De seguida e, quer em seu nome pessoal, como em nome da sua Freguesia, deixou votos de Boas Festas a todos os presentes e aos Munícipes em geral.----------

------- Foi também dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que o Sr. Presidente da Câmara teve a amabilidade de, no dia anterior à presente sessão, dar conhecimento aos elementos da Bancada do PS sobre o memorando em causa. Acrescentou que a notícia foi recebida de bom agrado porque, de facto, é um passo para a sustentabilidade da BIOCAN e para a abertura de novos caminhos para aquela Associação, bem como para Cantanhede.----------

------- Falou ainda o Sr. João Paulo Vagos, o qual referiu que, de acordo com o que teve a oportunidade de ler do Memorando e tendo em conta o que se tem vindo a assistir nos últimos anos, nomeadamente, a dificuldade em projetar a Biocant para além-fronteiras, pareceu-lhe claramente um belíssimo entendimento. Referiu ainda que, tendo ele próprio trabalhado 24 anos na maior farmacêutica mundial, sabe o quanto difícil era fazer investigação de terceira e quarta fase para Portugal, quanto mais investigação de primeira e segunda fase, pois há uns anos atrás era impensável. Hoje em dia, com o desenvolvimento tecnológico que Portugal tem tido e, com algumas empresas conseguiu-se evoluir e Portugal é visto, lá fora, de uma forma ligeiramente diferente. Assim, apesar de considerar que Cantanhede possa vir a perder alguma presença com aquela parceria, informou acreditar ser uma equipa que possa vir claramente a ganhar. Finalmente desejou umas Boas Festas e um Bom ano de 2017 a todos os presentes, quer profissionalmente, quer pessoalmente.----------

------- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a comentar as observações que foram feitas da seguinte forma: - Concordou que, efetivamente, também é a sobrevivência de espaço que está em causa; - Nos últimos anos, os condicionalismos impostos pela Lei 50/2012 levaram à proibição de subsídios a partir de um determinado montante; - Os subsídios eram atribuídos anualmente, seja por força das quotas, seja por subsídios submetidos à Assembleia Municipal e havia a perceção de que, não podendo ultrapassar determinados valores numa fase ainda de investimento, havia o risco do parque não crescer como se gostaria que acontecesse; - Esta questão de sobrevivência para a Biocant é igual para qualquer parque de ciências ou incubadora do país; - Está previsto no Orçamento de Estado para 2017, no artigo 206, a possibilidade de se estabelecer contratos-programa de forma a se poder atribuir aqueles subsídios; - Relativamente à questão da marca Biocant e de Cantanhede deixar de ter ação, não concorda porque a Universidade de Coimbra quer a sinergia da marca Biocant para poder utilizar, tal como já acontece com o Biocant Verde, em parceria com a Câmara do Fundão, ou como irá acontecer com o Biocant Azul, em parceria com o Município de Peniche; - A exclusividade pode existir com a marca Biocant para Portugal, em parceria com a Universidade de Coimbra, sendo certo que, quando se falar em Biocant tem de se falar em Cantanhede forçosamente; - Em relação ao esforço financeiro e os subsídios a atribuir, uma vez que a Biocant vai ser expurgado de toda a componente de recursos humanos, das plataformas e de toda a componente financeira, ficará apenas com a amortização dos edifícios e a amortização dos juros; - Em termos ideais, as quotas deveriam refletir o montante anual necessário para a amortização da divida de capital; - Daqui a alguns anos, quando os edifícios forem amortizados na sua totalidade, o valor irá diminuir consideravelmente; - Em relação a Associação Beira Atlântico Parque, por força das

quotas, em 2020 estará tudo pago. Finalmente fez uma avaliação sobre a evolução do Parque desde o seu início até aos dias de hoje e concluiu que, apesar do investimento, o balanço foi positivo e que se está no bom caminho, existindo ainda um grande desafio para a frente. Assim, considerou que o município deve continuar a apoiar aquele projeto, pois o Parque Tecnológico sairá reforçado e todos ganharão com isso. Informou ainda que, no momento trabalham lá 200 pessoas, mas no futuro poderão chegar às 500 facilmente, pois cada vez há mais contactos e mais gente a querer ir para lá. Finalmente agradeceu a unanimidade que existe à volta do Parque, apesar de representar um risco e afirmou que se vai demonstrar que é possível, através do orçamento municipal, através daquela associação com a Universidade de Coimbra, e com a ajuda dos fundos comunitários.----------

------- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação do Memorando de Entendimento a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Universidade de Coimbra»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------- Após a votação o Sr. Presidente da Câmara desejou, em nome do Executivo, um Feliz Natal e um Bom Ano cheio de sucessos para todos tendo de seguida informado que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima celebra no dia da presente sessão, o seu aniversário, dando-lhe os parabéns. ----------

------- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. ----------

------- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público quereria usar da palavra, não tendo havido

inscrições.----------

------ Finalmente, sendo 20H30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: